



CUIDADORES INFORMAIS

# IPSS disponíveis para apoiar

TRIBUTU A ANTÓNIO SÉRGIO

## CASES entregou Prémios Cooperação e Solidariedade 2018



**FUNDAÇÃO INATEL**  
Duas associadas da CNIS em  
destaque na Gala Reconhecer



**AB SHALOM**  
Braço solidário da Igreja Baptista  
de Setúbal sonha com ERPI



**DANÇANDO COM A DIFERENÇA**  
Campanha pioneira tenta  
capitalizar ferramenta do Facebook

## EUROPA MINHA (Parte II)

Em continuação do artigo publicado no número (mês) passado continuo a partilha dos pontos fortes da relação entre a União Europeia e os cidadãos, que a UE e o CESE pretendem fazer chegar ao conhecimento de todos os europeus, no sentido de conseguir uma grande votação nas próximas eleições europeias, nos partidos tradicionais e reduzir a participação no parlamento europeu de representantes de partidos considerados populistas. Embora num recente inquérito lançado pela Comissão cerca de 70% dos europeus dá uma pontuação positiva à actuação da Comissão e Estados Membros, durante os últimos cinco anos, e permanece envolvido positivamente com os receios do avanço dos políticos populistas leva a Comissão e o Comité Económico Social Europeu a intensificarem as suas acções de informação e esclarecimento aos cidadãos, utilizando os apropriados meios de comunicação disponíveis.

### 4ª. UMA NOVA NARRATIVA

Acreditamos que é imperativo para suportar o ‘sentido comum de pertença e propósito’ dos cidadãos europeus, uma nova ‘narrativa europeia’ e para isso são necessário políticas europeias mais efectivas que renovem a ligação dos cidadãos com o Projecto Europeu e ao mesmo tempo restaurar a

confiança dos europeus nos políticos, reforçando a coesão europeia e contra-atacar as tendências isolacionistas, nacionalistas e populistas. A fundação deste esforço centra-se na cultura, educação, gerando criatividade, abertura, solidariedade e intercâmbio cultural.

### 5ª UM DIÁLOGO MAIS FORTE E ESTRUTURADO COM OS CIDADÃOS

Uma melhor ligação entre a União Europeia e os seus cidadãos é de vital importância. A União Europeia deve mais uma vez centrar-se nas pessoas permitindo aos cidadãos conseguir atingir uma melhor qualidade de vida. Através dos representantes no CESE (Comité Económico e Social Europeu) cujos membros são representantes da sociedade civil organizada nos respectivos Estados Membros enfrentando os mesmos desafios que qualquer cidadão, o Comité tem desempenhado um papel muito activo neste domínio nos últimos sessenta anos. Hoje, renovamos o nosso compromisso para trabalhar com todas as Instituições e líderes europeus para obter o máximo desta ligação com toda a sociedade europeia. Estamos confiantes que em conjunto podemos ultrapassar esta maré destrutiva de populismo e xenofobia. Para além de utilizar bem as novas formas de comunicação e de consulta dos cidadãos

**José Leirião**  
Membro da CNIS



não nos poderemos esquecer de continuar um apropriado diálogo civil e suporte à participação pública.

No momento do seu 60º aniversário orgulhoso do seu passado e confiante no futuro, o Comité Económico e Social Europeu permanece pronto para desempenhar o seu papel e assumir responsabilidades. Como um lugar de debate e diálogo, representando a diversidade económica e social das sociedades europeias, nós podemos oferecer respostas de elevado valor para os desafios económicos, sociais e institucionais. O Comité Económico e Social Europeu prosseguirá este caminho com elevado compromisso inspirado por aquele senso comum propósito expressado

## OPINIÃO

# Lares... Inspectores... e outras coisas

Têm crescido a olhos vistos os LARES DE IDOSOS! Não gosto da expressão ERPI “estrutura residencial para pessoas idosas”. A palavra Lar é muito mais acolhedora. Uns sem fins lucrativos, outros não tanto assim. Podemos dizer que estão todos cheios. Há dias, pus-me a contá-los e cheguei a 19 só no concelho de Chaves. Eu já o disse há 10 anos: Centros-dia nas aldeias... não fazem falta; lares, durante mais 20 anos, se tiverem qualidade, estarão sempre cheios e com listas de espera. É que, com 70/80 anos temos muita gente, a esperança de vida é cada vez maior e os filhos vivem longe da sua terra natal.

De vez em quando, aparecem por cá uns inspectores. Há tempos, vi no “Jornal de Notícias” que em 2016 ficaram por contratar 46 inspectores, a pedido dos bloquistas, dizendo que, assim, não poderia haver uma fiscalização eficaz. Haverá realmente falta de inspectores? Depende do seu trabalho. Se for só para ver papéis, contar as camas e os idosos, ver os metros de cada quarto... os inspectores chegam. Se for para ver o grau de satisfação dos utentes, a sua alimentação, o número dos funcionários e as suas mensalidades, o ambiente das salas, como é feita a medicina, se têm escaras por falta de cuidados, se mudam os idosos a tempo e horas ou os mantêm enxarcados, etc, etc, ai, se for para isso, é natural que haja poucos inspectores se quiserem tratar de igual maneira todos os lares, tanto os lucrativos como os outros que o não são. A CNIS diz num relatório que “os milhares de autos levantados por imaginárias infrações, raramente

tem que ver com a falta de qualidade dos serviços”. Eleutério Alves, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança fala em 32 coimas “aplicadas a 32 instituições por pessoal insuficiente e excesso de lotação”. O mesmo relatório da CNIS diz que “a participação da Segurança social que em 1996 era de 50%, atualmente queda-se apenas pelos 39%. Isso leva a que “cerca de 42% das IPSS apresentem resultados operacionais negativos”. Talvez por isso ou não só, Mariana Mortágua diz que “as IPSS são um negócio que movimenta muitos milhões de euros e que é pouco ou nada escrutinado e questionado”. Acho que a primeira regra para um inspector é ver a situação dos idosos. Se estão mal, tirem-nos imediatamente, mas, se estão bem, porque há-de haver tanta pressa em despachá-los não sei para onde? Não estaremos a ser demasiadamente legalistas? É que, acima de todas as leis, deve haver bom senso na sua aplicação.

Depois... há tantas exigências... Em 1998, no tempo de Sócrates, quando era tudo “à grande e à francesa”, o despacho normativo nº 12 falava em 50% de quartos individuais; agora já só falam em 20%. Qual será a razão de “pelo menos 20%?”. Acho eu que a direcção do Lar é que deve saber se determinado doente precisa de dormir sozinho e não o legislador. Depois, para um pequeno lar da aldeia, há uma secretaria, um banho geriátrico, uma ou duas copas, para quê? Se não fazem falta? Tudo isto encarece muito a construção do lar e, no fim de contas, quem se lixa são os pobres. Diz o P. Maia, presidente da CNIS que “ não é fácil

nem provavelmente ajustado o processo de legalização de lares de idosos”.

João Ferreira de Almeida, presidente da ALI, diz que “uma legalização complexa e desajustada fomenta o aparecimento de casas clandestinas”. Pede portanto que se mude rapidamente a legislação no que diz respeito à adaptação de residências já existentes. Oxalá que o Ministro Vieira da Silva tenha coragem para isso.

As cadeias podem estar a rebentar pelas costuras com presos a mais mas os Lares não podem ter alguns Idosos a mais, mesmo que estejam bem assistidos e o Lar tenha condições para os ter com dignidade... Triste sinal dos nossos tempos!

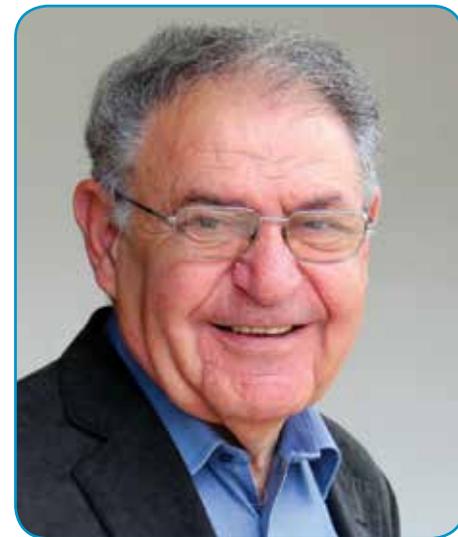
Depois... as burocracias e os atrasos são terríveis. Imaginem que a Segurança Social de Lisboa têm lá os estatutos de algumas IPSS há mais de 2 anos e meio, sem os devolver à procedência – dizem que têm muito trabalho...

Imaginem que o Governo há mais de um ano que não devolve o IVA correspondente a obras feitas ou gastos com a restauração a que as IPSS sem fins lucrativos têm direito. O nosso Governo diz que tem dinheiro, que acabou com a austeridade, mas não diz o que deve às várias instituições.

Oxalá que aqueles políticos que fazem alarde de defender os pobres ponham cá fora leis justas e adaptadas à sua condição.

**Delmiro Fontoura**  
Presidente dos Lares de  
Mairos e Travancas

**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



# Cooperação e fiscalização

**1.** Estabelece a nossa Constituição o parâmetro normativo aplicável às IPSS, que se traduz, por um lado, no seu direito ao apoio do Estado e, por outro, na sua sujeição à fiscalização estadual.

Às IPSS aplica-se, assim, um regime especial de relacionamento com o Estado e a Administração Pública. O fundamento para esse regime especial é ditado pelo carácter de utilidade pública que as nossas instituições, conquanto particulares (“privadas”), detêm, e pela necessidade de assegurar que os patrimónios que gerem, por vezes avultados, sejam geridos atendendo ao interesse geral que prosseguem e à consecução de direitos fundamentais em nome do Estado. É neste contexto que deve ser compreendida a especialidade do seu regime jurídico.

**2.** Começamos pelo direito ao apoio do Estado. O Estado outorga esse apoio – ao qual está constitucionalmente obrigado – através, designadamente, da realização da cooperação e da celebração dos respetivos acordos. Assim, a articulação relacional entre as IPSS e o Estado faz-se (ou deve fazer-se) numa base de parceria, colaboração e assistência. A este propósito, a lei consagra a garantia expressa de que a cooperação entre o Estado e as instituições visa a estabilidade das relações entre ambos, numa lógica de proximidade, de qualidade e de sustentabilidade. A colaboração garante “o acompanhamento e o apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam avaliar o estabelecido no acordo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias”. Por esse prisma, o Estado é portanto parceiro.

Sigamos agora para a sujeição à fiscalização

estadual. Esta fiscalização tem um regime próprio que, não pondo em causa a autonomia das instituições, tem como finalidades a promoção da compatibilização dos seus fins e atividades com os do sistema de segurança social, a garantia do cumprimento da lei e a defesa dos interesses dos beneficiários. Por essoutro prisma, o Estado é regulador.

Estas duas funções não se confundem nem se substituem. No entanto, a lei fez confluir numa mesma entidade da Administração do Estado – a Segurança Social – os dois papéis. Se, em abstrato, seria possível imaginar uma clara separação das águas, em que o papel de fiscalizador nunca toldaria a ação de parceiro, nem a ação de parceiro afetaria o papel de fiscalizador, a realidade tem demonstrado que, em concreto, não é isso que se passa. Na prática, as equipas que amiúde visitam as nossas instituições confundem os papéis. Casos há – raros – em que as equipas inspetivas lhes chegam como se de parceiros se tratasse. Quando assim é, em regra o resultado objetivo (para a própria instituição, para os utentes, para a comunidade) é bom. Mas, na maior parte das vezes, o que acontece é o exato oposto – as equipas de acompanhamento, que assumiam por norma uma posição de colaboração e de pedagogia na relação de proximidade com as Instituições, aparecem agora travestidas de fiscais, sem cuidar das melhorias concretas a promover e medindo à quadricula, com régua e esquadro, a atividade diária da instituição. Quanto a esses casos, que são infelizmente a maioria, o que se verifica é que esta atuação se dá sem proveito para ninguém, em que a qualidade do serviço prestado não é relacionada nem a satisfação dos utentes

referida e, muitas vezes, com franco prejuízo para os utentes e para o respeito pelos seus direitos fundamentais.

É exemplo desta esquizofrenia de funções o diploma que aprova os Estatutos do ISS, I.P., quando comete aos centros distritais de segurança social a competência simultânea para propor a celebração de acordos de cooperação com as IPSS, desenvolver as ações necessárias ao exercício da ação tutelar, designadamente colaborando na ação inspetiva e fiscalizadora do cumprimento dos direitos e obrigações das IPSS e desenvolvendo as ações necessárias à aplicação dos regimes sancionatórios às infrações de natureza contraordenacional relativas a estabelecimentos de apoio social.

**3.** As implicações que, volta e meia, daqui resultam seriam do domínio da comédia, se não fossem tão dramáticas. Como as situações em que se determina a prática de uma contraordenação e respetiva aplicação de coima por a instituição exceder a capacidade fixada, quando acontece ter esse excesso sido motivado por solicitação da própria Segurança Social. Ou aquelas em que a suspensão dos acordos de cooperação é usada contra as instituições como forma compulsória de regularização de situações verificadas no âmbito de inspeções ou acompanhamentos, mesmo quando não “ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência da cooperação estabelecida”, em flagrante violação da lei. Nestes casos, é a própria subsistência das respostas sociais que fica em causa, assim como os serviços prestados aos utentes.

A própria CNIS sente, quando apoia e capacita as instituições, no exercício do seu mandato, como o parceiro com quem estas negociam se confunde quase sempre com o regulador que as fiscaliza. E como alterações procedimentais com vista a melhor proteger os direitos dos beneficiários são recebidas com desconfiança e resistência por um e por outro. Nessa medida, melhor seria, apesar de tudo, que se reconduzisse ‘o seu a seu dono’ – o Estado regulador trataria de verificar o cumprimento da legalidade estrita, e eventualmente de aplicar as devidas sanções, e o Estado parceiro de colaborar com as instituições no sentido de melhor prestar os serviços aos utentes e assegurar a consecução dos seus direitos fundamentais.

Com ganho evidente para todos.



DIREÇÃO REUNIU EM FÁTIMA

# Assembleias Gerais ordinárias agendadas para 23 de março e 23 de novembro

Já são conhecidas as datas das duas Assembleias Gerais ordinárias da CNIS, que terão lugar em Fátima nos dias 23 de março e 23 de novembro.

Estes são sempre momentos de grande importância para as associadas da CNIS, pois são o fórum de informação e debate sobre a vida não apenas da CNIS, mas essencialmente das IPSS que lhe estão na base.

Estas serão as primeiras Reuniões Magnas da nova Mesa da Assembleia Geral, agora presidida por José Carlos Batalha.

Entretanto, a Direção da CNIS esteve reunida em Fátima e dedicou bastante tempo dos trabalhos a uma matéria que há muito preocupa os dirigentes, ou seja, a sustentabilidade das instituições.

Por outro lado, os membros da Direção discutiram algumas matérias que se prendem diretamente com a cooperação com o Estado. Recorde-se que este é ano de renovação do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, pelo que é importante definir estratégias em diversas áreas, pelo que a manhã foi longa e profícua.



D. JOSÉ CORDEIRO AO LADO DA CNIS

## Bispo de Bragança-Miranda critica fiscalização excessiva do Estado às IPSS

O bispo da Diocese de Bragança-Miranda, José Cordeiro, expressou preocupação com o que classificou o “excesso de zelo do Estado na fiscalização” às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

A Igreja é responsável por 70% das respostas sociais na área da diocese que corresponde ao distrito de Bragança e, segundo o prelado, tanto a diocese como as instituições não estão contra as auditorias e as fiscalizações, pelo contrário, agora o modo como elas estão a ser realizadas isso sim”.

“Partilhamos da preocupação do padre Lino Maia, o presidente da CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) e apelamos a um maior respeito e um conjugar de esforços de ambas as partes para a sustentabilidade destas instituições, que não são apenas questões económicas e financeiras, mas da qualidade da vida das instituições e das pessoas”, declarou.

Segundo o jornal Mensageiro de Bragança o presidente da CNIS denunciou nesse encontro aquilo que considera ser “um assalto” que está a ser feito às instituições em todo o país, através do estabelecimento de coimas.

José Cordeiro afirmou estar preocupado: “De facto preocupa-nos o excesso de zelo do Estado na fiscalização. O que nós desejamos é que haja

maior acompanhamento, não apenas aquelas visitas regulares que tem, mas um acompanhamento mais cuidado destas instituições e não apenas uma fiscalização dura e fria como está a acontecer com algumas instituições”, declarou.

O bispo salientou ainda que “há algumas IPSS com dificuldades, algumas de ordem económica e financeira na gestão das mesmas, na questão dos acordos com a Segurança Social”.

“Quem não está a corresponder deve ser responsabilizado”, defendeu o bispo, ressaltando que em alguns casos trata-se contudo de denúncias anónimas ou jogos de poder, sobretudo nos meios mais pequenos onde “algumas destas instituições ou são contrapoder ou trampolim para o poder”.

José Cordeiro defendeu ainda que “o Estado como parceiro social tem de estar ao nível das necessidades reais das pessoas e a comparticipação também devia ser mais bem acompanhada”.

“Devia haver alguns mecanismos que pudessem facilitar as relações destas instituições com a Segurança Social e também um maior poder de decisão dos centros distritais. Há um centralismo grade da segurança social e quem está no terreno é que conhece as reais necessidades”, considerou.

José Cordeiro referiu realidades concretas que

pesam nos orçamentos destas instituições como as contas do aquecimento nos meses de inverno.

“Poderia haver aqui alguma diferenciação positiva no acompanhamento das IPSS que existem no interior e em territórios que carecem de outro tipo de necessidades”, preconizou.

O bispo falava à margem do encontro anual com a Comunicação Social regional, durante o qual deu conta de que está a realizar a terceira visita pastoral à diocese centrada nas IPSS da Igreja.

Até novembro, vai passar pelas 14 misericórdias, 50 centros paroquiais e sociais, Cáritas e fundações para em conjunto clarificarem as questões que se colocam e ajudar na relação com o Estado.

O bispo deu ainda conta do andamento do projeto da instalação de um mosteiro Trapista em Palaçoulo, Miranda do Douro, anunciado há dois anos e que irá entrar em obras nos próximos meses.

A primeira fase correspondente a uma hospedaria ou casa de acolhimento aguarda resposta das empresas de construção contactadas para apresentarem proposta para a obra no valor de “seis ou sete milhões de euros” com um prazo de execução de dois anos.

O resto do mosteiro só deverá estar concluído dentro de, pelo menos, cinco anos.

TRIBUTOS A ANTÓNIO SÉRGIO

# Homenagem ao mestre foi momento alto da entrega do Prémio Cooperação e Solidariedade

A cerimónia de entrega do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2018, que decorreu na Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa, foi acima de tudo um tributo ao pensador português no dia que se assinalavam 50 anos da sua morte.

Evocar o homem, a obra, o pensamento de António Sérgio que foi menino no Colégio Militar e se tornou num gigante do pensamento português. De professor a escritor, de ministro a preso político, de pensador a pedagogo ilustre de tudo se encontra na biografia daquele que é considerado o pai do cooperativismo em Portugal, seu grande pensador e impulsionador.

Guilherme d'Oliveira Martins recordou, neste 24 de janeiro de 2019, o dia de há 50 anos. A memória é a da incógnita do próprio, que se encontrava na faculdade bem perto da casa de António Sérgio, juntamente com José Jorge Letria, presidente da SPA ali presente, sobre a razão de toda a agitação e aglomeração de pessoas: "Era apenas gente que queria despedir-se do mestre!".

Para o presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, o homenageado "tinha como prioridade a educação" e, apesar de ter sido ministro da Educação apenas durante 73 dias, "deixou dois decretos-lei fundamentais", o n.º 9932, que criou a Junta para o Estudo do Ensino, e o n.º 9933, que criou o Instituto Português do Estudo do Cancro, ambos em dezembro de 1923.

"Educação e mobilização cívica" eram os motores da sociedade na visão progressista de António Sérgio, para quem "o cooperativismo, ou seja, a solidariedade voluntária" é um instrumento essencial.

Opinista indomável, o pedagogo não se coibia de dizer o que pensava, porque para ele "não havia liberdade sem a liberdade da crítica", lembrou Guilherme d'Oliveira Martins acrescentando: "Para António Sérgio liberdade e igualdade são faces de uma mesma moeda. Liberdade igual, igualdade livre".

Contudo, "o tempo foi dando razão a António Sérgio, mas ele morreu muito angustiado", lamentou, sublinhando que era "um homem extraordinário, um mestre".

A cerimónia arrancara com as boas-vindas dos presidentes da SPA, José Jorge Letria, e da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), Eduardo Graça, com ambos também a enaltecerem a personalidade a que quem se prestava tributo.

A sala, repleta de convidados e premiados, exibia nas paredes a exposição «António Sérgio: o homem que pensou Portugal», retrato(s) biográfico(s) em variados quadros, uma história, como foi dito na sessão, que "deve ser mais conhecida" e, "em especial, a obra do mestre".

"É preciso combater as armadilhas da memória e saber por que é que António Sérgio não tem hoje a visibilidade e a presença na memória coletiva que merece", afirmou Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sublinhando: "Ele era alguém que sofreu aquilo que acontece a muitos, teve razão antes de tempo.



António Sérgio sempre se soube colocar antes do tempo sobre essas correntes totalizantes, apesar de se dizer um radical, defensor de uma democracia radical".

Para Vieira da Silva, "a melhor homenagem a António Sérgio é o facto de a Constituição reconhecer o sector cooperativo e social", não negando que "não existam problemas no sector social" e destacando que "algo indelével é a capacidade da sociedade se organizar".

A terminar, o ministro da Solidariedade deixou um desafio aos agentes do sector, recorrendo mesmo aos exemplos dos premiados para o justificar: "Devemos valorizar a nossa história do sector social, mas essa história está sempre à espera da próxima ideia e invenção que nos faça orgulhar da organização da sociedade".

Depois de um momento musical interpretado pelo incomparável maestro Victorino d'Almeida, surpreendentemente (até para o próprio maestro), acompanhado ao clarinete por Eduardo Sérgio, sobrinho neto de António Sérgio, e da apresentação do livro «António Sérgio: Breve Percurso e Herança», por João Salazar Leite, foi tempo de entrega de prémios.

Dentre os galardoados, destaque para a Casa do Povo de Abrunheira, associada da CNIS, cujo projeto «ArteMemória - Cuidar da memória através da arte» foi distinguido com uma Menção Honrosa, na categoria «Inovação e Sustentabilidade», cujos vencedores «ex aequo» foram a Coolabora, com o projeto «Troca a Tod@s», e a U.DREAM, com a iniciativa «Expansão da U.DREAM para a cidade de Aveiro». Também a Solidaried'arte recebeu uma Menção Honrosa pelo projeto «Loja Eco Solidária Itinerante».

Na categoria «Estudos e Investigação», Vítor Manuel Figueiredo foi o vencedor, com a tese de doutoramento, em Gestão da Universidade da Beira Interior, «As Cooperativas como Alianças Estratégicas: Fatores de sucesso para a satisfação dos cooperadores vitivinícolas da região do Dão».

No capítulo dos «Trabalhos de Âmbito Escolar», o premiado foi o Agrupamento de Escolas Conde de Ourém, com o projeto «AGIR».

Já na novel categoria de «Trabalhos Jornalísticos» venceram «ex aequo» Marta Gonçalves e Nuno Botelho pela reportagem publicada no Expresso, «Gente bonita come fruta feia: as virtudes da imperfeição», e Isabel Osório pelo trabalho televisivo (na SIC) «Os 25 Anos da Associação Abraço».

Foi também atribuída uma Menção Honrosa a Pedro Vasco Oliveira, pela reportagem «Confederação Portuguesa de Economia Social: Nascimento de uma organização impensável há pouco mais de um ano», publicada aqui no SOLIDARIEDADE, e na qual é abordado o percurso feito pela Economia Social e os seus principais agentes até à criação da Confederação.

Francisco Silva, secretário-geral da Confagri e recém-eleito presidente da Confederação Portuguesa de Economia Social, foi distinguido com o Prémio de Honra à Carreira «Personalidade da Economia Social» 2018, enquanto Ivone Félix, coordenadora executiva da CERCIOEIRAS, recebeu o Prémio de Honra à Capacidade Empreendedora.

A homenagem a António Sérgio começara na véspera com a inauguração da exposição «Sérgio'19» na Assembleia da República e prosseguiu com a apresentação, no dia 6 de fevereiro, do «Código Cooperativo anotado», um trabalho de Deolinda Meira e Maria Elisabete Ramos.

ASSOCIAÇÃO BAPTISTA SHALOM, SETÚBAL

# Voar mais alto é o desafio para que ninguém fique para trás

Tal como muitas outras IPSS espalhadas pelo país, a Associação Baptista Shalom nasceu da vontade dos membros da Igreja Baptista, no caso a primeira de Setúbal, em abrir a instituição à comunidade. Hoje, é uma instituição de referência, especialmente, na área da infância, mas os seus responsáveis continuam a sonhar construir um lar para idosos. Por outro lado, através do RSI, que continua a dar prejuízos à instituição, apoiam muitas famílias carenciadas e distribuem alimentos a muitas outras mais.

“A primeira Igreja Baptista de Setúbal já tinha alguma ação de beneficência, mas que era essencialmente virada para o seu interior. A determinada altura começámos a discutir entre nós por que não abrir essa área à comunidade, indo ao encontro das pessoas e das suas necessidades”, começa por dizer Joaquim Lopes Pereira, presidente da Shalom, acrescentando: “Começámos, então, a estudar a melhor maneira de o fazer. Nessa altura, não era possível às igrejas evangélicas, por si próprias, desenvolver trabalho social, pois era necessário constituir uma associação. E foi o que fizemos. Apesar da discussão já ter muitos anos, foi a partir de 1998 que isto arrancou. Esta discussão teve, seguramente, uns 20 anos, porque a própria Igreja teve dificuldade em compreender a importância de se virar para a comunidade”.

Inicialmente, esta vontade não recolheu o consenso entre todos os responsáveis pela Igreja Baptista, pelo que o passo seguinte demorou algum tempo.

“Tinha que ser algo que recolhesse a unanimidade para não começar logo com divisões”, afirma o presidente, lembrando que, então, “em 1998, conseguiu-se conciliar ideias e constituiu-se a Associação Baptista Shalom como IPSS”.

Entretanto, a Igreja, a pedido da Segurança Social, já fazia distribuição alimentar no âmbito do ex-PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados), que, assim que a Associação se constituiu, passou para a Associação.

“A determinada altura, e repentinamente, na Igreja apareceu mais de uma centena de pessoas do Leste da Europa, que não tinham onde dormir, o que comer ou vestir, nem onde trabalhar... Então, a Igreja mobilizou-se e começou a oferecer jantar a essas pessoas. Tudo voluntariado da Igreja, que depois, em 2004, deu origem à Cantina Social da Associação”, conta Joaquim Lopes Pereira, recordando que “a iniciativa da Igreja ao fim de um ano começou a ter problemas de sustentabilidade pois não tinha apoio nenhum do Estado”.

O arranque do trabalho social da Associação Baptista Shalom em Setúbal deu-se,



precisamente, pela Cantina Social, mas o objetivo era bem mais vasto.

“A Igreja já tinha sonhos para a área social e esses sonhos passavam por uma quinta, porque nós fazemos muitos acampamentos com crianças e jovens, e por um lar para idosos. E estes são dois sonhos que, apesar de não concretizados, ainda se mantêm”, explica o presidente, recordando o processo que conduziu à construção do atual equipamento: “A Associação apresentou uma candidatura ao PARES II já com um edifício completo, ou seja, com creche, pré-escolar, lar de idosos e apoio domiciliário, só que tivemos problemas técnicos que não conseguimos ultrapassar e foram os próprios técnicos do PARES que nos aconselharam a concorrer ao PARES III. Só que este programa apenas tinha a área da educação. E, assim, avançámos para a área da infância e deixámos o lar para melhores dias”.

Construído o edifício, denominado «Voar Mais

Alto», a aposta na área da infância tem provado, ao longo dos anos, que a resposta oferecida pela instituição era e é uma necessidade da comunidade setubalense.

“A necessidade era e é muito grande, pois estamos completamente cheios, algo que se tem verificado desde que abrimos o equipamento. E já estamos cheios para o próximo ano”, argumenta o líder da Associação.

Atualmente, a Associação Baptista Shalom acolhe 81 bebés em creche, 100 crianças em Pré-escolar, apoia 220 agregados familiares no âmbito do RSI, ou seja, mais de 500 pessoas, atende 70 pessoas na Cantina Social, e ainda mais 40 na Cantina Social de Emergência (já foram 100), e, para além de servir 150 pessoas no PO APMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas), faz distribuição alimentar a cerca de 1.200 pessoas. Para todas estas respostas, a instituição tem uma equipa de 60 funcionários.



Sobre a população que a instituição serve, o presidente aponta dois públicos-alvo específicos: “Temos uma comunidade muito carenciada, que inclui a distribuição alimentar, o RSI, a Cantina Social, mas na área da infância, apesar de termos algumas pessoas carenciadas, a maioria é de um estrato socioeconômico médio e alto”.

Para Joaquim Lopes Pereira, “a procura é grande, porque houve uma grande aposta na qualidade do edifício e num corpo técnico jovem e muito competente e isso tem resultado”.

Quando a instituição abriu portas recebeu “uma avalanche de pais que tinham os filhos no privado e que optaram pela Associação”.

No entanto, Marisa Bossa, diretora-técnica da instituição, sublinha que a instituição, ainda assim, acolhe crianças de famílias carenciadas.

“A grande virtude é que os processos financeiros só passam por mim, nem as educadoras têm acesso. Ou seja, temos aqui crianças que são de famílias que recebem ajuda alimentar, mas a questão é que ninguém sabe quem é quem. Perante o estudo social e económico que é feito há muitos meninos que estão isentos de pagar determinadas atividades, como a música e outras. O objetivo é prestar serviços de qualidade a todos independentemente da condição económica”, sustenta.

“Do outro lado da balança, temos as respostas como RSI e as ajudas alimentares que servem uma população mesmo muito carenciada”, frisa o presidente, deixando uma crítica aos Protocolos do RSI: “Ele nasce de um pedido do Estado para nós colaborarmos. Apenas oportunismo do Estado em relação às IPSS. E nestes 12 anos não houve atualizações nem de salários, nem de despesas. E, depois, isto tem a agravante de o protocolo ser para 150 agregados familiares e nós atendermos 220 ou mais”.

Com prejuízos avultados, na ordem dos 17 mil euros anuais, o presidente da Shalom considera que “há uma exploração muito grande e que provoca um prejuízo anual muito grande” e acusa: “Os serviços do Estado sabem disso, porque mandamos os relatórios... mas não fazem nada”.

No entanto, e contrariando a lógica racional, a instituição mantém o serviço.

“E por que é que continuamos? Há duas situações que nos fazem arrear caminho: temos que ser solidários como as pessoas que trabalham aqui, e são sete pessoas que têm família; e, em segundo, temos acesso a uma série de pessoas carenciadas que, para além do RSI, podemos servir através da loja social, das atividades com crianças e famílias e, assim, ajudá-las ainda mais. No fundo, isto está na missão da Associação e não devemos deixá-las sós, apesar dos grandes prejuízos, que, diga-se, acontecem apenas por mau comportamento do Estado”, argumenta.

Ainda assim, a Associação tem a situação financeira “equilibrada”.

“Gerimos esta casa com muito equilíbrio, procuramos a melhor sabedoria para evitar qualquer percalço. Como temos grandes encargos bancários, da ordem dos 120 mil euros anuais, pagamos tudo a tempo e horas, não temos dívidas e temos feito alguns investimentos, como os painéis fotovoltaicos, a pensar no futuro e no equilíbrio financeiro”, refere o presidente, ao que a diretora-técnica acrescenta: “Aqui é tudo pensado ao detalhe, não se dá passos maiores do que as pernas. A Direção pode ter um desejo mas, se não se pode fazer, não se faz. E sabermos que não é o tempo de investir também é uma grande virtude. A gestão é toda feita ao pormenor, não se gasta dinheiro desnecessariamente. Falamos com os fornecedores regularmente para negociar preços, sempre com o objetivo de reduzir as despesas. Não podemos trabalhar muito no aumento de receitas, porque o que vem dos acordos e das famílias é o que é, apesar de termos mais crianças do que o protocolado. Se não podemos aumentar as receitas, temos que minimizar as despesas e aí tentamos utilizar os recursos da casa. Fazemos aqui um doce equilíbrio e não se gasta dinheiro à toa, sempre sem baixar a qualidade dos serviços”.

Com os projetos da quinta e da ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos) adiados e à espera de melhores dias, a Associação sadina deseja que o Estado promova melhor a

sustentabilidade da instituição, por via de uma melhor cobertura pelos acordos de cooperação e, sonho antigo, a abertura do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

“Em junho, concorreremos àquilo que é a manifestação de interesse a três áreas específicas: o alargamento da Cantina Social, porque vamos ficar sem a resposta de emergência e já sinalizámos 20 pessoas que não temos onde colocar, porque não cabem na Cantina e não têm perfil para o PO APMC; o alargamento do acordo do Pré-escolar, porque temos 100 crianças e acordo apenas para 60 e todos pagam como se houvesse acordo; e a abertura do SAD”, explica Marisa Bossa, contando a epopeia que tem sido a contratualização com a Segurança Social: “O SAD já tem um histórico muito antigo na casa, mas agora fizemos formalmente a manifestação de interesse para 40 utentes, porque quando construímos o edifício foi com a premissa de três acordos de cooperação: creche, pré-escolar e SAD. A creche ficou nos 66, o Pré-escolar, no primeiro ano, não teve qualquer acordo, depois celebrou-se e, paulatinamente, chegou-se aos 60, e o SAD nunca chegou a abrir. Dois meses antes do Pré-escolar abrir informaram-nos que não havia acordo, tal como para o SAD. Temos tudo feito, já estamos autorizados pelo PARES, mas estamos à espera. Dizem que estão a avaliar os processos mais antigos e ainda nem olharam para os processos de junho”.

Refira-se que, em termos de acordos de cooperação, em todas as respostas sociais estão abaixo da frequência, sendo que apenas na creche os famosos 80% se verificam.

“Não compreendemos a questão dos 80%, nem a posição da CNIS, porque se prestamos um serviço à comunidade e ao País, algo que o Estado devia fazer, mas é incapaz de o fazer tão bem e ao preço que as IPSS fazem, porquê apenas participar 80%?”, questiona Joaquim Lopes Pereira, lamentando que a única resposta da Segurança Social seja “para as instituições negociarem com os pais”, algo que “na prática não funciona assim”.

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

# Exposição «Quatro ao Quadrado» e Prémio Investigação Científica abrem 2019

Está patente, até dia 24 de fevereiro, a primeira exposição artística do ano de 2019 promovida pela Fundação AFID. «Quatro ao Quadrado» é o título da mostra que, segundo a AFID, “é uma partilha de experiências em conjunto com as associações Amorama, Cerciama e Recomeço”, quatro IPSS do concelho da Amadora.

A exposição está patente até ao dia 24 de fevereiro na galeria Artur Bual, na Amadora.

À semelhança do que aconteceu no ano passado, as instituições juntam-se numa só exposição que procura mostrar a aposta na expressão artística como forma de beneficiar o bem-estar das pessoas com doença ou deficiência mental e de as ajudar por forma a conhecer a sua verdadeira identidade, estabelecendo um território de igualdade nas obras que resultam desta prática.

“Não é preciso saber resolver equações para pintar um quadro, mas a verdade é que pode dar muito jeito. A matemática está presente em qualquer ato criativo, por mais livre e caprichoso que ele aparente ser. E é por entendermos isto que sorrimos ao depararmo-nos com o título desta mostra: «Quatro ao Quadrado» (42) é uma conta simples, mas complexa”, explica o monitor do Atelier de Pintura da Fundação AFID Diferença, Nuno Lacerda.

“Quatro ao quadrado (42) não é uma soma, é uma multiplicação, uma combinação exponencial de vontade e talento. E se o cálculo parece evidente a quem domina o campo das ciências exatas, deixemo-nos desfrutar o momento em que não sabemos ainda o que esperar, ou quantas histórias e vidas se escondem sob a frieza nua dos números”, acrescenta no comunicado de apresentação da exposição.

Ao longo do mês de fevereiro outros quatro eventos terão lugar no espaço da exposição, mas a grande novidade da mostra deste ano é a concretização “de uma ideia nascida do primeiro encontro” e que passa pela “elaboração de um painel coletivo com autores das diferentes casas”. Esta foi a forma de integrar pela primeira vez os trabalhos produzidos no Atelier de Costura da AFID Diferença.

Para os responsáveis da Fundação, “esta exposição é o arranhar da superfície num mundo de sonhos que quer brotar de cada artista. Cabendo ao espetador o gesto de se debruçar e alegrar com cada um”.

Recorda-se que a exposição coletiva está patente ao público até 24 de fevereiro, na Galeria Artur Bual, na Amadora.

## PRÉMIO AO MÉRITO

Por outro lado, a Fundação AFID Diferença, em parceria com a Fundação Montepio e a Câmara Municipal da Amadora, apresentou o Prémio de Investigação Científica na área da Reabilitação Dra. Maria Lutegarda, cujo prazo de candidatura para esta primeira edição termina a 22 de julho de 2019.

O prémio é dedicado à Investigação Científica na área da Reabilitação e visa estimular e mobilizar



investigadores e a comunidade académica para a criação e desenvolvimento de trabalhos de investigação e de inovação sobre a reabilitação junto de pessoas com deficiência.

Desenhado de acordo com as iniciativas e causas defendidas pela antiga diretora da Fundação AFID Maria Lutegarda em vida, este prémio procura a promoção da inclusão social, autonomia e participação de pessoas com deficiência na sociedade.

Os interessados deverão apresentar as suas candidaturas até 22 de julho, a seleção encerra a 22 de novembro, estando a entrega das distinções agendada para dia 14 de dezembro, data de aniversário da malograda ex-diretora da instituição.

O Prémio de Investigação Científica Dra. Maria Lutegarda pretende também combater a discriminação com base na deficiência, promover a igualdade de oportunidades destas pessoas na sociedade contribuir para a promoção das boas práticas na intervenção e, consequentemente, na melhoria de qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias.

Os projetos de investigação serão avaliados por um corpo de jurados composto por Deodato Guerreiro, da Universidade Lusófona, António Martins, da Universidade Católica, Domingos Rasteiro, do Instituto Piaget, Francisco Godinho, da Universidade de Trás-os-Montes, Joaquim Caetano, pela Fundação Montepio, Susana Nogueira, pela Câmara Municipal da Amadora, e pelo presidente da Fundação AFID Diferença, Domingos Rosa.

Podem candidatar-se ao Prémio, autores de trabalhos de investigação sobre a área da Reabilitação, no âmbito académico, abrangendo as ciências sociais e humanas, sociologia e educação,

nos três graus de ensino superior público e privado: Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, bem como outros investigadores individuais.

O prémio tem uma periodicidade bienal, de natureza pecuniária, e é constituído por um primeiro prémio no montante de 8.000 euros e por duas menções honrosas no valor de 1.500 euros cada, como incentivo para participações futuras.



«GALA DE RECONHECIMENTO SOCIAL» DA FUNDAÇÃO INATEL

# Casa do Povo de Abrunheira e Associação de Moradores das Lameiras em destaque



A Fundação INATEL promoveu mais uma vez a «Reconhecer - Gala de Reconhecimento Social», evento através do qual destaca a importância do trabalho desenvolvido na área social, distinguindo entidades externas e internas.

Reunindo os principais intervenientes em iniciativas promovidas pela INATEL e por outras entidades, bem como os representantes de organizações com um papel relevante no campo das políticas sociais, a «Reconhecer» sublinhou o trabalho desenvolvido pelos principais intervenientes nas atividades organizadas durante o ano 2018, quer de iniciativa da própria Fundação INATEL («Aldeia dos Sonhos» e «Conversa Amiga»), quer de iniciativa de indivíduos ou de instituições que desenvolvem o seu trabalho no seio das comunidades que integram («Ajudar» e «Prémio CCD»).

Duas associadas da CNIS foram premiadas nesta gala, a Casa do Povo de Abrunheira (Montemor-o-Velho), no âmbito do «Ajudar», e a Associação de Moradores das Lameiras (Vila Nova de Famalicão), pelo Prémio CCD.

A iniciativa Ajudar reconhece o mérito do trabalho desenvolvido por entidades individuais ou coletivas, no âmbito da ação social, formal e informal, em benefício de outros. Este projeto é também um contributo para incrementar o espírito de solidariedade e responsabilidade social.

Assim, na categoria Intervenção Social o vencedor foi a Casa do Povo de Abrunheira, enquanto a Associação Coração Amarelo (Delegação de Oeiras) foi distinguida na categoria de Voluntariado.

Já o «Prémio CCD» distingue os Centros de Cultura e Desporto, parceiros da Fundação

INATEL em múltiplas iniciativas. Anualmente, três CCD são premiados pela atividade desenvolvida ao longo do ano e que tenha sido especialmente relevante no contexto da economia e da responsabilidade social.

O prémio monetário reverte a favor da continuidade das atividades de âmbito social.

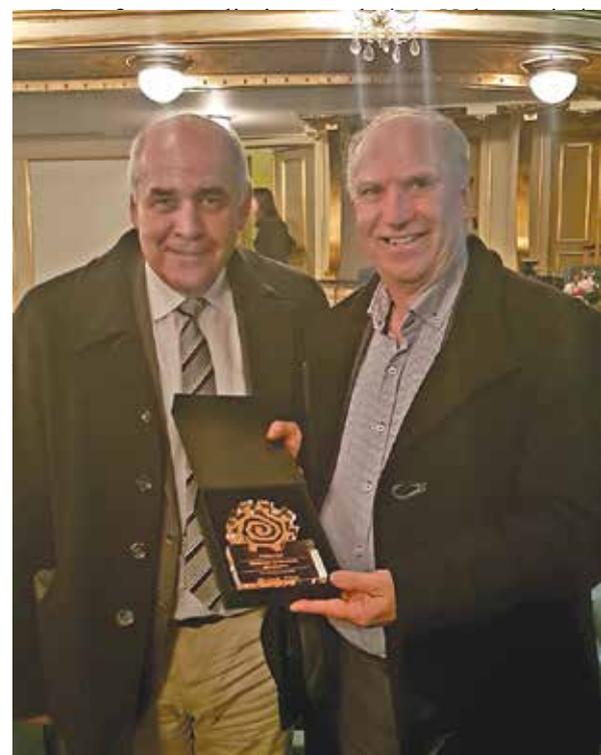
Assim, os Centros de Cultura e Desporto premiados foram a Casa do Povo de Vila Franca do Campo (São Miguel, Açores), o Orfeão de Leiria/Conservatório de Artes e a Associação de Moradores das Lameiras.

A distinção atribuída à Associação de Moradores das Lameiras premeia o empenho na mobilização dos jovens no projeto «Traço», da Casa ao Lado, que teve como consequência a pintura artística das quatro torres do edifício, com figuras relevantes do concelho.

Já o Prémio CCD centenários, que distingue os CCD que, em 2018, assinalaram 100 anos ao serviço da comunidade, os galardoados foram a Associação Cristã Mocidade Portuguesa (Coimbra), o Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta (Matosinhos) e o Lisboa Ginásio Clube (Lisboa).

No âmbito do programa direcionado para os habitantes de aldeias portuguesas isoladas, geográfica e socialmente, com menos de 100 habitantes e onde se proporcionam experiências turísticas, culturais e desportivas, a «Aldeia dos Sonhos 2018» foi Penhaforte (Pinhel).

Por outro lado, a Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21 (APPT21) recebeu o Prémio de Mérito INATEL, que reconhece o valor de instituições que trabalham, diariamente e de múltiplas formas, os Direitos Humanos no domínio da parceria/inserção.





EX-GOVERNADOR CIVIL DO PORTO E AUTARCA NO MARCO DE CANAVESSES

# Manuel Moreira é o novo presidente da Obra Diocesana de Promoção Social

O ex-governador civil do Porto Manuel Maria Moreira é o novo presidente do conselho de administração da Obra Diocesana de Promoção Social, por nomeação do bispo do Porto, anunciou a diocese.

Manuel Maria Moreira, que foi deputado na Assembleia da República e presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, distrito do Porto, assume o cargo para o quadriénio 2019-2022, refere em comunicado.

O conselho de administração será ainda composto pelo professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto João Pacheco de Amorim, na função de secretário, e pelo auditor financeiro e membro do Conselho Económico da Diocese do Porto Vítor Manuel de Vasconcelos, que assumirá a tesouraria, adianta.

Foram ainda nomeados os vogais Maria Filomena Osswald, que é também membro do Comissão de Infraestruturas da Diocese do Porto, e Vítor Devesa, responsável de comunicação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N).

Já o Conselho Fiscal terá como membros o padre André Soares, como presidente, José Maria Montenegro, como secretário e Francisco Ferreira, como vogal.

“O bispo do Porto saúda os membros recém-nomeados e agradece os serviços prestados à Diocese pelos órgãos gerentes que cessam agora a sua atividade”, realça.

A tomada de posse será “brevemente”, revela a Diocese do Porto.

A Obra Diocesana de Promoção Social é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) fundada em 1964 que tem como objetivo proporcionar a melhoria de vida a pessoas desfavorecidas.



## O QUE GANHA COM O SOFTWARE DE GESTÃO F3M PARA O SETOR SOCIAL ?

Gestão e organização integrada de todas as áreas das entidades do setor social com software Líder de Mercado.

Garantia de apoio ao cumprimento das obrigações legais e fiscais.

Controlo mais eficaz e transparente de todos os processos.

Maior rentabilização dos recursos.

Recolha de informação de apoio à tomada de decisão.

TOTAL COBERTURA DAS NECESSIDADES DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

UTENTES

SÓCIOS

SALÁRIOS

TESOURARIA

CONTABILIDADE

STOCKS

PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE

PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL

CLÍNICA

BLOCO OPERATÓRIO

INTERNAMENTO

PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA

UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS

REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS

APOIO DOMICILIÁRIO

RECURSOS HUMANOS

IMOBILIZADO

MAILING

ESCALAS DE SERVIÇO

VIATURAS



NOVIDADE

**esocial**

Nova plataforma web da F3M para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.



## EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

# Novo regime obriga empresas a cumprir quotas

As quotas de emprego para pessoas com deficiências, cujo regime se aplica a partir deste mês de fevereiro são acolhidas por associações do setor, empresas e pelos sindicatos, que assinalam que podia ter-se ido ainda mais longe.

José Reis, da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, disse à agência Lusa que “valeu a pena a persistência das associações”, que conseguiram que “ao fim de 14 anos” a lei fosse regulamentada.

Mas este tempo de espera instalou “alguma descrença” entre os deficientes, mesmo que o novo regime crie “alguma expectativa”. Ao mesmo tempo, admite que “vai ter que haver muita vontade das partes” para que resulte. “Não é de um dia para o outro que vai mudar tudo, mas estamos a avançar”, assinalou, defendendo que para além do novo regime, é preciso “aproximar as pessoas com deficiência que procuram emprego de quem as pode recrutar”.

As empresas que cumpram as suas obrigações devem ter benefícios, entende a Confederação, começando com “majorações nas candidaturas a fundos públicos”.

A partir de agora, as empresas públicas e privadas de média e grande dimensão passam a estar obrigadas a contratar entre 1% e 2% de pessoas com deficiência.

De acordo com o novo regime, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, todas as empresas, sejam públicas ou privadas, de média ou grande dimensão, passam a estar obrigadas a cumprir quotas.

No caso das empresas médias com um número igual ou superior a 75 empregados, estas devem contratar pelo menos 1% de trabalhadores com deficiência, enquanto as empresas de grande dimensão estão obrigadas a contratar pelo menos 2%.

Para conseguirem cumprir a nova legislação, está previsto um período de transição de cinco anos para as empresas com um número de trabalhadores entre os 75 e os 100 funcionários, e de quatro anos para as entidades com mais de 100 empregados.

António Saraiva, presidente da Confederação Empresarial Portuguesa, disse à agência Lusa que é impossível antecipar que impactos o novo regime terá para as empresas, sublinhando que “a realidade de cada uma é diferente”.

Começa a aplicar-se num contexto em que os empresários estão cientes das “responsabilidades sociais a atender” e da necessidade de a cultura das empresas ser solidária. “Muitas já têm essa postura e atitude, é uma prática que já existe”, afirmou, salientando que aplicar este regime “por imposição é algo que tem que ser acautelado”.

Para António Saraiva, que salienta que a sua opinião não vincula a Confederação, era preferível que “fosse mais uma orientação, um caminho no



sentido da auto-regulação”. No entanto, reconhece que “muitas vezes, a sociedade só reage com estímulos desta natureza”.

O sindicalista Fernando Gomes, da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), reconhece que para essas empresas estarão mais bem colocadas para acolherem o novo regime e “em condições de adaptar as suas estruturas de funcionamento”.

Outras necessidades são um reforço dos meios da Autoridade para as Condições de Trabalho para conseguir fiscalizar a aplicação do novo regime, em que se preveem contraordenações para as empresas que não cumprirem, e “apoios para as empresas em condições para adaptarem postos de trabalho”, defendeu.

Mas trata-se de um passo positivo em relação a propostas anteriores em que “só se punha as pessoas no teletrabalho, a trabalhar em casa, isoladas”.

“É precisa uma mudança cultural mais do que uma lei, e contratar trabalhadores com base nas suas capacidades”, defendeu, mesmo em setores em que os deficientes têm tido “pouca empregabilidade”.

Na hotelaria, por exemplo, Fernando Gomes afirma que “não faz sentido que não haja pessoas com deficiência, com a eliminação dos balcões, a atender clientes”.

Fernando Gomes salienta que o preconceito existe e que “quando vão duas pessoas a uma entrevista de emprego, se uma for uma pessoa com deficiência, fica logo em desvantagem”.

Mesmo no universo sindical, a CGTP está agora a “começar a trabalhar para [as pessoas com

deficiência] se sentirem mais representadas pelos sindicatos”, uma vez que a prática é recorrerem a associações específicas de deficientes para reclamarem os seus direitos.

Lina Lopes, responsável pela área da igualdade na União Geral dos Trabalhadores (UGT), disse à Lusa que o novo regime “fica muito aquém do que se podia fazer”, sublinhando que a meta de contratação de 1% de pessoas com deficiência para empresas com 75 trabalhadores significa “0,75%, ou seja, uma pessoa”.

Mas a UGT “congratula-se com tudo o que se faça para incluir” e considera “bom que exista uma lei em que se obrigue a incluir”, sublinha.

A dirigente sindical considera que o processo de adaptação das empresas às quotas “não vai ser complicado”, sublinhando que já há muitas empresas, universidades e entidades públicas que já se moveram para não excluir e contratar pessoas com deficiência.

O período de transição, entre quatro e cinco anos, “é longo demais”, assinala, indicando que “só em 2020 é que [o novo regime] começará a ter algumas consequências”.

O caminho da sociedade portuguesa, antevê, é que “qualquer dia se olhe apenas para trabalhadores” e não para pessoas com deficiência que trabalham.

As empresas podem conseguir exceções a este regime, desde que comprovem a impossibilidade da sua efetiva aplicação no respetivo posto de trabalho ou atestem que não existe um número suficiente de candidatos com deficiência inscritos nos serviços de emprego e que reúnam os requisitos necessários para preencher os postos de trabalho.

CNIS AFIRMA DISPONIBILIDADE PARA APOIAR NO TERRENO

# O papel do cuidador informal é insubstituível

Quando está de regresso ao debate público a questão do estatuto do cuidador informal, a CNIS considera que é essencial “reconhecer a importância” desses prestadores de cuidados e relembra que as instituições sempre estiveram na linha da frente no apoio a essas pessoas e àquelas que elas cuidam, reafirmando “a disponibilidade das IPSS para apoiar futuras medidas que visem ajudar essas pessoas, que se estimam em centenas de milhar. Quanto ao estatuto do cuidador informal, defende que este não deve contribuir para o isolamento e desgaste ainda maior da pessoa que cuida, devendo sim envolver a família, os vizinhos e os voluntários, que são os grandes prestadores de cuidados no domicílio.

Com a recente chegada ao Parlamento da proposta de alteração à Lei de Bases da Saúde, aprovada em Conselho de Ministros, em dezembro último, voltou de novo a discussão sobre o estatuto do cuidador informal.

De momento, a proposta do Governo e ainda as outras quatro de outros tantos partidos políticos estão em discussão na Comissão Parlamentar de Saúde, num esforço para conseguir um amplo consenso pedido pelo Presidente da República.

O cuidador informal é uma realidade que atravessa Portugal, estimando-se que a maioria dos cuidados prestados a pessoas dependentes sejam efetuados por cuidadores informais.

Aliás, a caracterização desta realidade está, de alguma forma, feita, estimando-se que cerca de 800 mil pessoas cuidem de outras tantas que são dependentes. Por outro lado, um estudo encomendado pelo Governo e concluído em janeiro de 2018 concluiu que o valor económico das horas de trabalho dos cuidadores informais que cuidam, em casa, de idosos, de indivíduos com demência ou com doenças crónicas e de crianças com patologias graves vale quase 333 milhões de euros por mês, cerca de quatro mil milhões de euros por ano.

Ora, estamos perante uma realidade que a maioria da população já experienciou no seio da sua família, seja no caso de idosos, seja no caso de pessoas deficientes, seja ainda no caso de patologia.

Importa dizer que, apesar de ainda não ser dado o passo para a criação do estatuto do cuidador informal, a proposta do Governo inclui a primeira referência a estes prestadores de cuidados.

A proposta da Comissão de Revisão da Lei de Bases da Saúde, que data de 1990, liderada por Maria de Belém Roseira, previa a introdução de um artigo inteiro dedicado aos cuidadores informais, no qual era promovido “o papel da família, das pessoas próximas e da comunidade na saúde e no bem-estar das pessoas com doença”, estabelecendo, assim, o estatuto dos cuidadores informais.

No entanto, pela primeira vez, a (proposta



de) Lei de Bases da Saúde inclui uma referência a estas figuras.

«A política de saúde deve incentivar a adoção de medidas promotoras da responsabilidade social, individual e coletiva, nomeadamente apoiando voluntários, cuidadores informais e dadores benévolos», lê-se no articulado da lei.

«A proposta de lei não contempla uma base específica para o cuidador informal, porque é uma matéria intersectorial, envolvendo várias áreas do governo, nomeadamente Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Educação ou Finanças, com quem terá de haver uma articulação próxima», justificou o Ministério da Saúde.

Para já, a ideia é avançar com um projeto-piloto para atestar das virtudes do modelo e, então, expandi-lo, tentando abranger o maior número de pessoas possível.

## PAPEL IMPORTANTE

Para a CNIS, é essencial “reconhecer a

importância dos cuidadores informais” na prestação de cuidados a uma vasta população, que inclui idosos, doentes e deficientes, mais ou menos dependentes, como refere o padre Lino Maia, reafirmando a “disponibilidade das IPSS para apoiar” esse enorme grupo de prestadores de cuidados.

Na maioria dos casos, estes cuidadores informais são elementos da família, vizinhos e voluntários, esmagadoramente mulheres.

“A CNIS conhece bem quem são, o que fazem e as consequências do que fazem os cuidadores”, sustenta Maria João Quintela, membro da Direção, acrescentando: “Temos noção da sua importância e achamos de toda a pertinência valorizar e reconhecer as múltiplas dimensões do trabalho que desenvolvem os cuidadores informais, maioritariamente num contexto familiar e domiciliário”.

Por outro lado, “há necessidade absoluta em reconhecer o papel das famílias, dos vizinhos e dos voluntários, que são os mais diretos

prestadores de cuidados, a quem não é dada preparação ao longo da vida”.

Para Maria de Lurdes Pombo, igualmente da Direção da CNIS, “o papel dos cuidadores informais é extremamente importante no caso da deficiência”.

Para a dirigente com o pelouro da deficiência, “quando nasce uma criança deficiente ela representa um peso muito grande para a família, pois é um grande sofrimento para os pais e é algo que lhes muda a vida”.

De facto, quando chega um novo membro à família que é portador de uma qualquer deficiência, “após o luto que todos os pais fazem”, fruto do choque nas suas vidas, “quase sempre a mãe abdica de trabalhar para cuidar do filho”.

Aliás, estima-se que cerca de 200 mil pessoas, na esmagadora maioria mulheres, cuidam de outrem a tempo inteiro.

“Na deficiência são os pais os cuidadores, muito em especial a mãe”, reforça Maria de Lurdes Pombo, sublinhando que “é preciso ajudá-los com apoio psicossocial, porque são pessoas sofridas, e, pelo menos, uma vez por ano dar-lhes férias”.

## ESTATUTO

Estas são algumas das questões que diversos movimentos, da sociedade civil e de partidos políticos, gostariam de ver vertidas no tão desejado estatuto do cuidador informal.

Pretende-se que o estatuto do cuidador informal contemple, essencialmente, uma carreira contributiva para os cuidadores, um aumento dos apoios sociais, uma vez que os existentes são considerados insuficientes (no caso de o cuidador deixar de trabalhar os seus rendimentos caem drasticamente, colocando em risco, de pobreza e não só, tanto cuidador como a pessoa cuidada) e, entre outras questões mais, que sejam assegurados períodos de descanso para quem cuida.

Para Maria João Quintela, o “estatuto do cuidador não deve apagar, omitir ou tornar redutor o conceito de família e de solidariedade intergeracional”, lembrando que “todos somos cuidadores, maioritariamente filhas, cônjuges, noras, sobrinhas, filhos e netos e, em muitos casos, pessoas idosas”, especialmente quando a família está longe e restam apenas os mais velhos.

“O estatuto dos cuidadores informais deveria relevar não apenas uma pessoa, mas um conjunto de respostas que ajudem essa pessoa a ter uma vida o mais normal possível, no limite que não deixe de trabalhar, que não entre em «burn out» e que possa continuar a ter uma vida para além do cuidado que presta”, sustenta, acrescentando: “Deve procurar-se envolver nos cuidados o maior número de familiares disponíveis, no sentido de não isolar o/a cuidador/a e a pessoa cuidada do seu meio sociofamiliar natural. Se defendemos que a complexidade dos cuidados às pessoas dependentes precisa de uma abordagem pluridisciplinar, integrada, em que várias disciplinas concorram para estabelecer um plano individual, que seja ele próprio avaliado de tempos a tempos, não se deve responsabilizar apenas uma pessoa, que já de si entra muitas vezes em situação de esgotamento, de depressão, de incapacidade financeira e

de relacionamento social, entre muitas outras”.

Para a especialista em Geriatria, “estas pessoas precisam de uma rede de apoio multidisciplinar, de que os cuidadores devem fazer parte integrante”.

Por outro lado, e reforçando a importância de a atribuição do estatuto a determinada pessoa não dever contribuir para um ainda maior isolamento dessa pessoa, a dirigente da CNIS responsável pelas matérias da saúde e do envelhecimento questiona: “Há ainda uma outra questão a considerar que é saber quem é o cuidador/a principal? Por exemplo, numa família em que há um filho que está presente e que cuida, e que até cuida bem – porque nunca podemos esquecer questões como maus-tratos, negligência ou violência física ou financeira –, mas não tem capacidade financeira para o fazer. Porém, há um outro irmão/ã que está emigrado/a e que tem alguma disponibilidade financeira e até comparticipa. Neste caso, quem é o cuidador principal?”.

Segundo a médica geriatra, “é necessário, no quadro do estatuto do cuidador, clarificar quem são os cuidadores, qual a definição de cuidador, pessoa cuidadora, cuidador informal, família cuidadora, etc., e definir se são os cuidados que são informais ou se são os cuidadores”. Por outro lado, “definir se o estatuto se refere à existência de um/a único/a cuidador/a e quais os critérios de eleição, apoio e acompanhamento desse cuidador/a, nomeadamente, no sentido de prevenir o seu isolamento e exaustão e promover a sua capacitação e um maior envolvimento de outros familiares, não os desvinculando da sua vontade e possibilidade de cuidar”, argumenta.

## INFORMAÇÃO/FORMAÇÃO

E se na essência um cuidador de um idoso é, de certa forma, diferente da do cuidador de uma pessoa deficiente ou com patologia incapacitante, dentre inúmeros outros pontos de contacto há um que é transversal: a necessidade de informação/formação.

“Devia haver pequenos cursos que os pais pudessem frequentar”, defende Maria de Lurdes Pombo, também presidente da APPACDM de Castelo Branco, sugerindo: “Devia dinamizar-se sessões de formação na comunidade, cursos que fossem promotores de boas práticas”.

Por seu turno, Maria João Quintela enfatiza a necessidade de, “sempre que seja possível, envolver e reconhecer mais elementos que prestam cuidados, sejam familiares ou voluntários, que devem receber informação e formação”.

A dirigente da CNIS e presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP) lembra que, “volvida mais de uma década, são principalmente as IPSS que têm vindo a desenvolver ações sistemáticas e sistematizadas dirigidas aos chamados cuidadores informais, no sentido da sua formação e informação, e de envolvimento na prestação dos cuidados”, indicando a colaboração da CNIS com a Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia (SPGG) e a sociedade espanhola congénere (SEGG) no desenvolvimento de cursos online para “Cuidadores de Pessoas Idosas com Dependência”, e que, no último ano, envolveu mais de 3.200 formandos.



Maria de Lurdes Pombo reforça a importância e a disponibilidade de as IPSS apoiarem estes cuidadores, conhecedora da dura realidade de tantas famílias albacastrenses que têm um membro portador de deficiência.

“Nós, instituições, também temos a obrigação de apoiar estes pais”, afirma.

“As IPSS já são, muitas vezes, esse apoio e complemento que os cuidadores informais necessitam”, sustenta Maria João Quintela, recordando a proximidade e recursos técnicos e humanos que as IPSS dispõem e ainda que muitos idosos e deficientes são acolhidos nas instituições, que os cuidam durante o dia, sendo que em última instância o cuidador é a família, quando existe e/ou se interessa, ou os vizinhos, para junto de quem regressa ao início da noite.

Em resumo, Maria João Quintela considera que “é absolutamente legítimo e necessário relevar o papel das famílias, dos vizinhos e dos voluntários e dos mais diretos prestadores de cuidados a idosos e a pessoas com deficiência cuja dependência é elevada”, pois “o seu papel é insubstituível e as necessidades avassaladoras (em termos de saúde, situação económica e de trabalho), porém, conclui: “Não podemos esquecer que esta medida só por si não resolve a problemática dos mais idosos e dos mais dependentes. Isto quer dizer que as políticas dirigidas a estas situações de dependência e deficiência são essencialmente multidisciplinares, interministeriais e integradas. Se não for assim, pode-se dar um estatuto à pessoa, mas nada muda, sendo necessário garantir que outros não se demitem dos cuidados e que esse/a é o/a melhor cuidador/a”.

As propostas de alteração à Lei de Bases da Saúde estão agora em discussão na Comissão Parlamentar de Saúde, de onde sairá um ou mais diplomas para serem votados em plenário.

# Até sempre!

Decorridos pouco mais de 12 anos sobre a minha primeira participação na Direcção da CNIS, posição seguida de outros lugares de menor relevo e que culminou com dois mandatos como Presidente da Assembleia Geral, eis que chega o momento de deixar os órgãos sociais da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

Com nostalgia?

Não a negarei. Não porque receie a falta de trabalho, que esse é muito, espera-me no quotidiano.

Mas nostalgia porque, quer queiramos quer não, sempre vamos criando empatias com lugares e pessoas e, de tanto ficar, até parece que os lugares já nos pertencem!

Mas não é, ou não deverá ser assim! E ainda bem!

É importante que estejamos enquanto e apenas se sente, ou outros sentem, que fazemos alguma falta!

A minha palavra é, pois de despedida, certa de que não terá sido em vão que por aqui passei.

As lutas em que nos envolvemos (e foram algumas); os momentos menos bons que vivemos ou até, por vezes e involuntariamente, fizemos outros viver; o incómodo que, eventualmente causámos, mas também a união que procurámos; tudo

foram momentos de crescimento.

Poderei então dizer que, enquanto pessoa e dirigente de uma IPSS, também cresci com a CNIS.

E estou grata por isso, a todos os que comigo, ao longo desta dúzia de anos, partilharam preocupações, bem como a todas as Instituições que ajudam a dar corpo a esta Confederação.

Uma última palavra para a CNIS e os seus novos dirigentes que, naturalmente, felicito, mas a quem desejo sobretudo uma força renovada que lhes permita assumir as grandes preocupações do momento e os múltiplos problemas inerentes à difícil situação que todos vivemos.

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade tem de ser expressão de uma realidade única na Europa e até no mundo: a sociedade civil, unida em voluntariado procurando, gratuitamente, responder aos múltiplos problemas sociais do nosso país.

Não é demais recordá-lo: não há igual na Europa!

É assim que temos de ser respeitados, antes de tudo pelo Governo!

Exige-se uma atitude forte de definição: as IPSS fazem ou não falta no nosso país?

Muitas vezes eu penso: o que aconteceria se

**MANUELA MENDONÇA**

*Ex-presidente da  
Assembleia Geral da CNIS*



as IPSS parássem um dia que fosse? Importa ter atenção a esta pergunta!

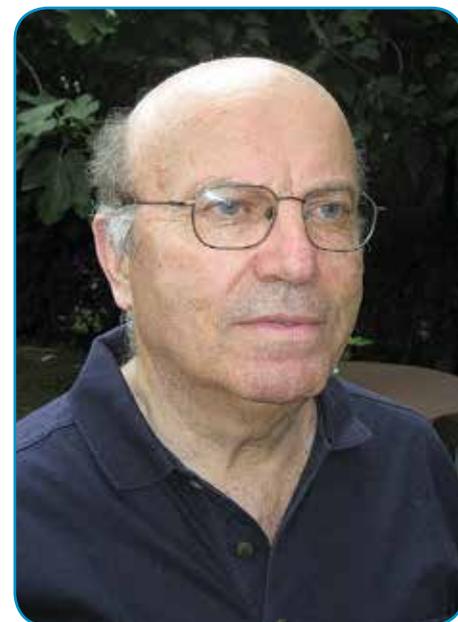
Mas importa igualmente e por isso mesmo, que a CNIS, que nos representa, seja o verdadeiro parceiro que, junto do Governo, nos defenda e como tal seja reconhecida.

É a força para essa exigência que desejo aos novos órgãos sociais da CNIS, fazendo votos para que a Confederação das Instituições de Solidariedade não se feche em estudos teóricos (necessários, mas aqui não fundamentais nem determinantes) e assuma o confronto necessário à definição da importância (ou não) que as IPSS têm ou devem ter neste país.

Continuaremos a ver-nos, pois manter-me-ei desse lado!

**ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA**

*ajsilva@sapo.pt*



# As consequências de um referendo

Não obstante as dúvidas que se levantam muitas vezes quanto à observância de todas as normas que devem regular os referendos, estes são sempre uma das expressões mais identificativas de uma verdadeira democracia. Há mesmo países onde o recurso a esta consulta popular constitui uma das características do seu modo de viver em democracia. O mais conhecido desses países é certamente a Suíça, onde ainda recentemente se realizou um referendo sobre o corte ou não dos cornos das vacas. De qualquer modo, este exemplo mais ou menos caricato não deve servir para desvalorizar a importância e o significado destas consultas. Há questões muito sérias podem e devem ser submetidas a referendo.

O caso mais mediatizado dos últimos tempos, no que a referendos diz respeito, veio do Reino Unido com a realização de uma consulta popular sobre a sua permanência no seio da União Europeia. O responsável pela marcação dessa consulta, que teve lugar em Junho de 2016, foi

David Cameron, um jovem primeiro-ministro oriundo das fileiras conservadoras, que não foi capaz de resistir à pressão dos eurocépticos do seu próprio partido e que viu nesse referendo a única solução para as tensões internas que tinha de enfrentar. O resultado do referendo, um não a essa permanência, significou o fim da sua promissora carreira e o início de uma crise política que ainda permanece como o mais grave dos problemas que a sua sucessora, Theresa May, teve de enfrentar, e tem de enfrentar ainda, nos próximos tempos

A impressão que temos hoje é pois a de que, apesar do seu nível cultural e da sua longa experiência democrática, muitos dos eleitores britânicos parece não terem pesado bem todas as consequências do seu voto pelo não. De qualquer modo, tratou-se de um voto que não tinha condições de passar à prática com a mesma facilidade com que o seu boletim fora depositado nas urnas. E começou então um processo que se arrastou por mais de dois anos, e que

deu tempo a que os sentimentos relativos ao chamado Brexit fossem mudando, pelo menos em grande parte dos eleitores. Não é pois de todo surpreendente que tenha surgido, e esteja em crescendo, um movimento para realização de uma nova consulta sobre a mesma matéria e cujo resultado poderia levar à rejeição do Brexit, como decorre de muitas sondagens que têm sido publicadas. Tal não será possível para já, mas esse movimento chega para se poder dizer que o primeiro referendo foi realmente uma precipitação.

O facto é que, goste-se ou não, ele foi responsável por uma crise política de consequências muito complicadas para o Reino Unido e para a Europa.

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

# Votos de boa saúde

**1** - As questões ligadas à Saúde Pública teimam em não abandonar o centro do debate da actualidade política, polarizadas em volta de dois tópicos essenciais: a discussão, em sede parlamentar, das diversas propostas de Lei de Bases da Saúde e a continuação, nos mesmos moldes cirúrgicos, da greve dos enfermeiros.

(Há e tem havido outras greves no sector da Saúde, como as dos médicos e dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, mas a greve dos enfermeiros, por várias idiosincrasias que a têm marcado, alcançaram-na ao lugar cimeiro das preocupações do País.)

Já aqui tive ocasião de escrever sobre ambos os temas, mas, nos tempos mais recentes, designadamente durante o último mês, as duas principais personalidades da vida pública portuguesa, o mesmo é dizer, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, vieram a terreiro, vieram à liça, com posições públicas atípicas, cada um sobre cada qual dos dois referidos temas.

É essa participação atípica – e atópica – que merece o regresso a algumas digressões sobre o assunto nesta crónica, logo no mês seguinte a uma outra em que tratei da Lei de Bases.

Começemos por ordem de importância constitucional – logo, pelo Presidente da República, que entendeu lançar um aviso público aos partidos parlamentares, prevenindo que a promulgação presidencial da Lei de Bases da Saúde exigiria a sua aprovação na Assembleia da República por uma maioria reforçada, designadamente pelos partidos que costumam revezar-se ao leme da coisa pública: PS e PSD.

Trata-se de uma posição insólita, solitária e ao arpejo do que tem sido a prática presidencial neste domínio.

Como se sabe, sempre que inquirido sobre as suas preferências em relação a projectos ou propostas de diplomas legislativos, o Presidente da República, invariavelmente, tem reafirmado a sua prática de esperar pela entrega do diploma em Belém, para depois se pronunciar sobre ele.

A doutrina presidencial sobre tais procedimentos tem sido, com efeito, a recusa em contaminar o debate partidário com as suas próprias opiniões e de apenas se pronunciar sobre propostas legislativas a final, revestido da autoridade de ser o titular único da competência para promulgar.

Também o Primeiro-Ministro abandonou, episodicamente, o tom cordato, que lhe adveio da sua participação duradoura nos debates da Quadratura do Círculo, para classificar como “greve selvagem” e “greve ilegal” a greve dos enfermeiros.

(Nunca tinha pensado nisto antes ... mas, com efeito, é perturbador percebermos que as duas principais figuras da nossa vida pública, Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa, atingiram o grau de notoriedade, que constituiu condição de acesso às funções que hoje desempenham, a partir da sua longeva exposição mediática, televisiva.

Dando assim razão à antevisão feita por Pinto

Balsemão, há muitos anos, quanto às virtualidades das televisões em fazerem “vender” aos consumidores qualquer produto – mesmo o Presidente da República.)

**2** – Como se sabe, existem, como alternativas matriciais, relativamente à Lei de Bases da Saúde, duas propostas: uma, subscrita por alguns elementos do PS, pelo PSD e pelo CDS, a partir do Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo, liderado por Maria de Belém Roseira – que poderíamos designar como proposta do “Bloco Central” e que replica, em grande medida, a Lei de Bases actualmente em vigor; outra, elaborada por António Arnaut e João Semedo, apresentada pelo Bloco de Esquerda e que concita o apoio deste partido, do PCP e da outra metade do PS – proposta que proclama a ambição do retorno do SNS à sua feição originária.

Não está aqui em causa saber da minha preferência; já a referi em outras ocasiões.

Do que se trata é da opção de Marcelo Rebelo de Sousa pela proposta apresentada pela sua adversária vencida na corrida presidencial.

(A este propósito, e “a vol d’oiseau”, quase se poderia também aqui ser tentado a uma sobreposição; os socialistas apoiantes de Maria de Belém Roseira na candidatura a Presidente da República são os agora apoiantes da sua proposta de Lei de Bases; e os apoiantes de Sampaio da Nôvoa apoiam a proposta de Arnaut e Semedo.)

A estranheza pela inovação da prática presidencial não reside só na pronúncia preventiva do Presidente e na espécie de pressão sobre o Governo e o Parlamento que suscita.

É que os motivos invocados não colhem.

Marcelo Rebelo de Sousa estriba-se no alegado entendimento de que leis com a importância da Lei de Bases da Saúde, ou outras estruturantes da nossa vida colectiva, deverão ser objecto de um consenso alargado, de um lado e do outro do espectro partidário, dentre os partidos com possibilidade de acederem ao Governo – a fim de evitar que eventuais mudanças de maiorias políticas, com tradução na formação de Governos, conduzam a revogações ou alterações profundas de tais leis, sempre que o Governo mude de cor.

É que esse fenómeno, pelo menos no que à Lei de Bases da Saúde respeita, simplesmente não se tem verificado.

A actual Lei foi aprovada, em 1990, por uma maioria de direita e alterada em 2002 por uma maioria idêntica – e, quer Guterres, quer José Sócrates, conviveram amavelmente com ela quando governaram.

São quase 30 anos em vigor ... pelo que se não compreende a motivação de Marcelo para a ameaça que dirigiu directamente aos deputados e ao Governo, sobre maiorias conjunturais.

**3** – Compreende-se que o chefe do Governo, na sua condição de responsável pelos destinos do País e pela provisão aos cidadãos do leque de direitos

constitucionalmente atribuídos – e também os direitos sociais, como o direito à saúde –, se sinta incomodado com os efeitos da greve dos enfermeiros e com os danos que a mesma tem causado a muitos doentes, que têm visto adiadas intervenções cirúrgicas necessárias e já previstas e marcadas.

As greves causam sempre danos a terceiros – seja o patrão clássico, de chapéu de coco, charuto e limousine, sejam os patrões modernos, gestores de topo, disputados pelas empresas estrangeiras (pelo menos, é o que nos dizem para explicar os salários sibaritas que recebem!), sejam os trabalhadores que ficam sem transporte para o emprego, sejam os doentes a quem atrasam os tratamentos ...

Nessa medida, percebe-se que o chefe do Executivo, que é o patrão dos trabalhadores da Administração Pública – ainda para mais, diferentemente do que sucede com os demais patrões, eleito por sufrágio universal, e também pelos cidadãos afectados pelas greves nos serviços públicos –, se sinta desconfortável com a greve dos enfermeiros e com o impacto público dela.

Ainda por cima, esta greve é praticamente restrita aos serviços de saúde do Estado.

Claro que o direito à saúde de cada um precede, na ordem dos direitos dos cidadãos, o direito à greve.

Mas existem ambos, todavia.

Assim, se entram em colisão esses dois direitos, o que há a fazer é compatibilizar o exercício simultâneo de um e outro, de forma proporcionada, como manda a lei – e existe lei a mandar isso mesmo.

E alargar os serviços mínimos, ou levar por diante a requisição civil, se houver fundamento.

Ora, o Primeiro Ministro, além de patrão da Administração Pública, é também titular do Poder Executivo e, em certa medida, do Legislativo.

Diferentemente dos outros patrões, pode ele próprio efectuar a requisição civil – se a greve, como ele afiança, for selvagem e ilegal.

O que não pode é classificar a greve como ilegal e selvagem – e ficar quieto.

(... Embora não calado, como sucedeu.)

A não ser que o Governo se prepare para fazer com esta greve o que tem feito com a dos professores: provocando, pela linguagem hostil e pela inércia negocial, de par com os prejuízos e os incómodos efectivos na população, a rejeição generalizada pelos cidadãos das razões desses grupos de trabalhadores, com a finalidade de fazer render essa pose de aparente firmeza.

Render em votos, naturalmente ... que é do que todos andarão à procura durante o ano.

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

# Projeto (Des)Igual chegou às escolas da Lousã

Perante uma plateia atenta e repleta de alunos, representantes dos pais e professores do Agrupamento de Escolas da Lousã, a Cáritas Diocesana de Coimbra lançou a plataforma do projeto (Des)Igual. Este é um projeto nascido e desenvolvido na Cáritas e cofinanciado pelo Programa Portugal2020 POISE, promovendo desde 2016 a igualdade de género e a prevenção da violência doméstica.

O padre Luís Costa, presidente da Cáritas de Coimbra, mencionou esta plataforma como uma ferramenta para “potenciar a replicação das ações e recursos deste projeto”, bem como “a partilha de boas práticas”.

O presidente da Cáritas de Coimbra reforçou a ideia de que esta é uma plataforma com conteúdos formativos e recursos pedagógicos, “uma ferramenta de formação e educação ao dispor das nossas comunidades”.

O projeto, desde a sua criação até dezembro de 2018, abrangeu 10.597 pessoas, entre crianças, jovens, adultos, pais, idosos e grupos socialmente vulneráveis, num total de 586 sessões.

Por seu turno, Fernando Santos, coordenador do projeto (Des)Igual, efetuou uma breve viagem pelo novo website e plataforma de e-learning ([www.projeto desigual.pt](http://www.projeto desigual.pt)) e mostrou algumas das suas potencialidades e as vantagens deste tipo de ensino à distância, como o facto de cada aluno ter o seu ritmo e poder “iniciar e acabar o curso quando quiser”.

Por outro lado, a Cáritas de Coimbra, prosseguindo o trabalho em torno do envelhecimento ativo e saudável, lançou um novo projeto, intitulado ReHab, financiado pelo Banco BPI, no âmbito do programa BPI Seniores 2018.

“Com o aumento da esperança média de vida, é preciso colocar os olhos no futuro e prevenir e controlar as doenças do foro cognitivo e motor mais comuns nos cidadãos mais velhos. Idosos mais saudáveis, ativos e capazes de enfrentar os desafios do envelhecimento, são o grande objetivo do novo projeto ReHab”, refere a instituição em comunicado.

A população mais velha enfrenta diariamente as consequências das doenças mais comuns em Portugal nesta faixa etária: Alzheimer, Cataratas, Parkinson, Osteoporose, Diabetes, Cardiovasculares, Cancro, Surdez e Depressão. Por outro lado, Portugal é o 4º país da OCDE com mais pessoas com demência por cada mil habitantes, segundo o Relatório «Health at a Glance 2017».

Ao nível regional, o ReHab visa dar resposta também às prioridades identificadas no Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra referente à área Pessoas Idosas.

“A insuficiência de equipamentos, a solidão, o aumento da longevidade e conseqüente aumento da dependência e o declínio cognitivo e funcional são o foco de atuação do projeto, direcionado maioritariamente para pessoas sozinhas, beneficiárias de apoio domiciliário, combatendo assim também o isolamento social”, lê-se na mesma nota.

Assim, as várias ações propostas a implementar em 2019 pela Cáritas Coimbra, com o apoio do Instituto Pedro Nunes e a Fraunhofer AICOS,



irão trabalhar a estimulação cognitiva e a reabilitação funcional de forma individual e em grupo, em ambiente assistido e ao domicílio, colocando à disposição das pessoas idosas um kit multidimensional de tecnologias inovadoras e materiais tradicionais. Os instrumentos vão desde jogos geriátricos a jogos de treino cognitivo disponíveis num tablet, passando pela interação com um avatar. Em complemento, os cuidadores da Cáritas prestarão também apoio remoto no início de cada sessão através de ligação à internet e do serviço Skype. Estão ainda previstas sessões de literacia digital para os beneficiários do projeto.



DANÇANDO COM A DIFERENÇA, FUNCHAL

# Ação pioneira para angariar fundos através do Facebook

A Dançando com a Diferença lançou em janeiro uma campanha de angariação de fundos original e pioneira a nível das IPSS, potenciando uma das realidades atuais, ou seja, as redes sociais.

A afluência de doações privadas através do Facebook fruto das campanhas de angariação de fundos nas datas de aniversário, uma ferramenta disponibilizada pela plataforma aos seus utilizadores. Estes viram neste tipo de recolha de fundos para os Dançando com a Diferença uma forma de celebrar a sua data especial e apoiar a instituição.

“É uma rede de contactos que se transforma em rede de apoio e solidariedade”, afirma Henrique Amoedo, diretor artístico da associação.

E sendo a Dançando com a Diferença uma associação que promove a dança inclusiva, as verbas angariadas nestas campanhas destinam-se a garantir às pessoas que compõem os círculos de contactos mais próximos dos seus bailarinos (pais e cuidadores) consultas de acompanhamento psicológico.

Estas sessões são momentos para o levantamento de questões, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas pessoais que possam estar ligados às questões da deficiência e do relacionamento familiar e social.

As 40 angariações efetuadas no Facebook até ao lançamento desta ação já rendeu uma verba para cerca de 160 consultas de acompanhamento psicológico ao longo de 2019.

“A responsabilidade para com aqueles que conosco trabalham é algo inerente ao nosso trabalho e quando percebemos que há algo que não corre muito bem, muito próximo de nós,



temos que intervir”, refere o diretor artístico da Dançando com a Diferença, explicando: “As doações que temos recebido através das campanhas de angariação de fundos criadas no Facebook, pelas pessoas nas suas datas de aniversário, trouxeram um recurso financeiro que não era previsto. Estamos a aproveitar para investi-lo numa área em que há uma necessidade premente”.

Para Henrique Amoedo, “as diferentes necessidades no exercício da parentalidade por vezes

escapam à compreensão dos sistemas de apoio social, porque ser pai, mãe ou cuidador de um jovem com deficiência traz algumas questões que merecem ser esclarecidas e acompanhadas, algumas vezes por profissionais que consigam ajudar e orientar os envolvidos”.

A ligação para a criação de campanhas de angariação de fundos no Facebook à Dançando com a Diferença é: <https://www.facebook.com/fund/dancandodiferenca/>.

PROJETOS CANDIDATOS TÊM QUE PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL

## Banco público cria os Prémios Caixa Social

Está aí a primeira edição dos Prémios Caixa Social, da iniciativa da Caixa Geral de Depósitos, no âmbito do seu contributo para aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos 10 Princípios do Pacto Global, ambos das Nações Unidas, corporizando a Estratégia de Sustentabilidade 2018/2020.

A criação dos Prémios Caixa Social permite à CGD promover o seu projeto económico e social, em linha com os seus desafios estratégicos.

Os prémios têm como missão financiar e desenvolver projetos sociais, com carácter inovador, replicáveis e orientados para a mitigação da pobreza, favorecer a inclusão, nas suas mais variadas vertentes e das mais diversas formas e promover iniciativas empreendidas por entidades do Terceiro Sector, nomeadamente IPSS,

Organizações não-governamentais (ONG) ou outras instituições sem fins lucrativos.

As instituições e demais entidades podem apresentar candidaturas no âmbito da inclusão social, tais como: Iniciativas para a capacitação de instituições e ou grupos sociais; Modelos que incentivem a equidade e igualdade de oportunidades, sejam estas de âmbito socioeconómico, de género, etnia, cultura ou credo; Sistemas ou mecanismos de resposta a situações de emergência, não existentes, complementares ou inovadores; Projetos promotores de inclusão de migrantes ou minorias étnicas; e Iniciativas que valorizem o envelhecimento ativo e digno.

Por outro lado, estão abertas as candidaturas para os Prémios Nunes Correa Verdades de Faria, atribuídos pela Santa Casa da

Misericórdia de Lisboa, cujo prazo termina no próximo dia 15 de março.

Estes prémios destinam-se a distinguir anualmente personalidades de qualquer nacionalidade que, em Portugal, mais tenham contribuído pelo seu esforço, trabalho ou estudos para as três áreas de intervenção definidas.

Assim, as candidaturas versam as seguintes áreas de intervenção: cuidado e carinho dispensados aos idosos desprotegidos; progresso da medicina na sua aplicação às pessoas idosas; e progresso no tratamento das doenças do coração.

O regulamento dos Prémios e outras informações necessárias à apresentação de candidaturas deverão ser solicitados ao Gabinete de Relações Públicas e Protocolo da Secretaria Geral da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- |            |             |                             |                         |                                       |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE                    | STRONG CHARON TAMPER    | UPK CLIMAMOR                          |
| B2B        | CERGER      | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM                 | PAPIRO VALDOC                         |
| VIVAMAIS   | SERDIAL     | BIOSOG                      | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

[www.trivalor.pt](http://www.trivalor.pt)

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA  
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08  
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

**STRONG CHARON**  
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

**CONTACTE-NOS**



**TRIVALOR**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS

# ANCC quer debate público sobre o setor em Portugal

A Associação Nacional dos Cuidados Continuados (ANCC) desafiou o Governo para um debate público sobre o setor em Portugal, considerando que assim ficará provado que tem razão quando reclama pagamentos devidos pelo Estado.

Em comunicado, a organização reiterou o pedido feito ao executivo para que apresente um estudo independente sobre os custos das diárias nestas unidades e depois pague “o justo valor”.

A ANCC referiu igualmente estranhar o silêncio das entidades que assinam protocolos com os serviços do Estado, nomeadamente a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias e União das Mutualidades.

A ANCC anunciou a 27 de dezembro uma providência cautelar contra o Estado português, acusando os ministérios da Saúde e da Segurança Social de não cumprirem os acordos de cooperação e de colocarem o setor em risco.

O Ministério da Saúde anunciou que deduziu oposição à providência cautelar interposta pela associação contra o Estado.

A ANCC reclama o pagamento de um valor superior a um milhão de euros tendo por base a não emissão de uma portaria de atualização de preços, no âmbito dos cuidados continuados.

Segundo a tutela, as informações que têm sido noticiadas (dívida de seis milhões de euros) referem-se “a uma dívida que o Ministério da Saúde não reconhece e que seria, alegadamente, devida à totalidade dos agentes do setor”.

“À data não existem dívidas das administrações regionais de Saúde a entidades da RNCCI, em resultado do esforço do Ministério da Saúde em contribuir para a sustentabilidade das entidades que operam e são parceiras nesta área”, indica.

O presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados (ANCC) explicou então que a opção pelo recurso à justiça teve

a ver com o facto de a associação, criada no ano passado para representar o setor, sentir “um total abandono e desprezo” por parte do Governo.

Em causa, de acordo com José Bourdain, está o facto de a associação não conseguir ser recebida ou ouvida pelos Ministérios da Saúde ou da Segurança Social, bem como pelo primeiro-ministro, António Costa, - aos quais enviaram cartas a pedir reunião -- além do não cumprimento dos acordos de cooperação assinados em 2017 e 2018.

A associação frisou que foi divulgada na comunicação social uma dívida de cerca de 6,5 milhões de euros do Estado para com as unidades de cuidados continuados e acusou o Governo de roubo por se recuar a pagar esta quantia, que garante ter sido protocolada em acordos assinados em 2017 e 2018.

“O Governo cumpriu o acordo com o restante setor social, mas não cumpriu com os cuidados continuados, fazendo assim uma clara discriminação”, lê-se no comunicado.

## SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENCAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO



**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

**SOFTWARE IPSS**

**SECTOR ECONOMIA SOCIAL**

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
  - TSR - Utentes
  - TSR - Bancos
  - TSR - Associados
  - TSR - Rendas
  - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

entre outras



ASSISTÊNCIA REMOTA  
Via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA  
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO  
Nas vossas instalações

**MORADA**  
Rua dos Cutileiros, 2556 - r/c  
Apartado 1071 EC Lameiras  
4836-908 Guimarães.

TELEFONE (351) 253 408 326  
TELEMÓVEL (351) 939 729 729

ENCONTRE-NÓS EM  
**www.tsr.pt**    **tsr@tsr.pt**

**+ DE 40 APLICAÇÕES**

**+ DE 900 CLIENTES**

**100% CLIENTES SATISFEITOS**

**GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO**




POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

# AR recomenda ao Governo que privilegie o acolhimento familiar

A Assembleia da República recomendou ao Governo que privilegie o acolhimento familiar nas políticas de proteção de crianças e jovens, para que esta medida possa ser implementada em todos os distritos e as famílias tenham menos encargos.

A resolução foi publicada em Diário da República e recomenda ao Governo que tome medidas para alterar a política de proteção das crianças e jovens em risco, relançando o acolhimento familiar como medida privilegiada entre as medidas de colocação.

Por um lado, a recomendação da Assembleia da República é para que o Governo implemente “medidas concretas que encorajem o acolhimento familiar, diminuindo os custos e encargos das famílias de acolhimento”.

Nesse sentido, pedem que a criança que seja colocada numa família de acolhimento seja considerada no primeiro escalão do abono de família, “à semelhança do que acontece com o pagamento do abono de família dessa mesma criança a uma instituição”.

Recomenda também que para as crianças que estejam a frequentar creches ou outros equipamentos sociais do setor social o cálculo das mensalidades seja feito da mesma forma que para as crianças que vivem em instituições.

Querem igualmente que o apoio dado a uma família de acolhimento seja considerado um

subsídio familiar e não o pagamento de uma prestação de serviço.

A recomendação da Assembleia da República pede que o acolhimento familiar seja implementado em todos os distritos do país e que esta medida “ganhe um revigorado impulso no distrito de Lisboa” através da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A recomendação da Assembleia da República sugere ainda que seja reforçado o reequilíbrio da dotação orçamental entre as diferentes medidas de colocação de crianças e jovens em perigo, de maneira a que as instituições que já promovem o acolhimento familiar possam reforçar a sua atividade e novas instituições se possam candidatar, no âmbito do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, já tinha anunciado que vai colocar em discussão pública a regulamentação do acolhimento familiar “para esclarecer algumas questões que são extremamente importantes”.

O acolhimento familiar é uma das medidas de proteção previstas para crianças e jovens até aos 18 anos que estejam em situação de perigo, que passa por integrar temporariamente o menor em meio familiar, que não na sua família



biológica.

De acordo com o relatório CASA (Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens) 2017, o acolhimento familiar continua a ser uma medida de proteção com “fraca expressão”, apenas com 3% das crianças e jovens em perigo.

Já em novembro do ano passado, durante a discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2019 na área da segurança social, a secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, anunciou que os serviços da Segurança Social estavam a ultimar uma proposta de revisão do acolhimento familiar, a par das casas de acolhimento.

## VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COM DOENÇA MENTAL

### Abriu em Viseu primeira casa com acolhimento diferenciado

A primeira casa abrigo com acolhimento diferenciado para mulheres vítimas de violência doméstica com doença mental está a funcionar em Viseu, com o objetivo de as ajudar a construir um novo projeto de vida. Este projeto piloto e pioneiro a nível nacional surgiu na sequência da mobilização de um conjunto de esforços, que levou à celebração de um protocolo entre a Casa do Povo de Abraveses (entidade gestora da casa abrigo) e o Centro Hospitalar Tondela Viseu, e conta com o apoio da secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

“Tem capacidade para acolher dez utentes, incluindo os filhos menores ou maiores com deficiência na sua dependência”, explicou a diretora técnica do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito (NAVVD) de Viseu, Carla Andrade, durante a apresentação pública do projeto.

Segundo Carla Andrade, “o trabalho desenvolvido em rede pelo NAVVD Viseu nos últimos dez anos junto das vítimas de violência

doméstica tornou evidente a lacuna de uma resposta especializada para vítimas de violência doméstica com doença mental”.

A maioria das pessoas acompanhadas pelo núcleo tinham “acentuada prevalência de patologia psiquiátrica, seja do tipo afetivo, do tipo psicótico e perturbações da personalidade”, havia uma “acentuada percentagem de vítimas com antecedentes de tratamento e acompanhamento psiquiátrico e toma regular de psicofármacos” e também casos de “dificuldade de continuidade dos cuidados psiquiátricos regulares”, explicou.

A responsável disse que, na casa abrigo, as mulheres vítimas de violência doméstica com doença mental terão “condições de segurança e de conforto” e o acompanhamento de uma equipa especializada.

Carla Andrade explicou que, com o protocolo celebrado entre a Casa do Povo de Abraveses e o Centro Hospitalar Tondela Viseu, será possível “uma eficaz articulação com a área da psiquiatria, pedopsiquiatria,

pediatria, sexologia e urgência no sentido de responder às complexas situações das vítimas acolhidas na casa abrigo”.

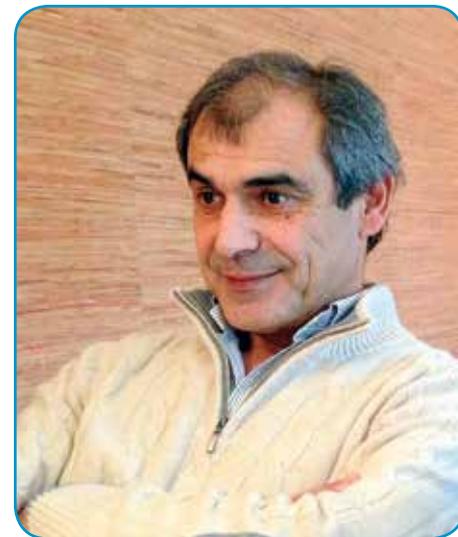
Foi também celebrado um protocolo com a Escola Superior de Saúde, “com vista à elaboração de um estudo científico que permitirá obter evidência científica acerca da relação entre violência doméstica e doença mental”, referiu.

O presidente da Casa do Povo de Abraveses, Carlos Aparício, considerou que fazia falta uma estrutura “que apoiasse e pudesse fazer com que as mulheres partissem para uma vida normal muito mais preparadas e com melhores aconselhamentos”.

Na última década, o NAVVD atendeu 1.552 pessoas, tendo constatado uma elevada prevalência de patologia psiquiátrica.

A Casa do Povo de Abraveses é a entidade gestora do NAVVD e do Centro de Centro de Acolhimento de Emergência que acolheu, desde 2013, 595 mulheres e filhos menores vítimas de violência doméstica.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



## O adeus a Mario Draghi - um esboço de balanço

É um lugar comum dizer que os homens passam e as instituições ficam. Naturalmente que o BCE vai sobreviver à saída de Mario Draghi. No entanto, não duvido que vamos sentir a falta do atual presidente do Conselho de Governadores.

Agora, que estamos a meses da saída de Mario Draghi, talvez faça sentido fazer um primeiro balanço do seu mandato à frente do BCE.

Há quem pense (exageradamente, digo eu) que lhe devemos a sobrevivência do euro. Obviamente que a salvação do euro é tarefa que está para além das possibilidades de qualquer ser humano por mais talentoso que seja. Mas não se duvide que teríamos penado muito mais se à frente do BCE não estivesse um dos melhores economistas do mundo.

Por outro lado, convirá perceber que ser um economista brilhante poderia ter valido de pouco a Mario Draghi – governar uma instituição como o BCE exige um imenso talento político e uma capacidade de comunicação fora do vulgar.

Acontece que o BCE não é verdadeiramente um banco central ou, pelo menos, não é banco central como os outros. O BCE é mais uma federação de duas dezenas de bancos centrais soberanos.

A direção do BCE não tem os mesmos graus de liberdade de decisão do chairman da Reserva Federal ou do Banco de Inglaterra.

A direção do BCE tem de acomodar um conjunto de idiosincrasias nacionais, carregadas para o BCE pelos respetivos bancos centrais, por vezes muito distintas, que complicam, e de que maneira, o processo de decisão.

Uma das razões porque o programa de compra massiva de títulos de dívida no mercado secundário (vulgarmente conhecido por quantitative easing – QE) foi adotado tão tarde pelo BCE deveu-se à necessidade de acomodar a sensibilidade germanófila (manifestamente contra) e os restantes bancos centrais do sistema (genericamente a favor).

O lado negativo não foi só o lançamento tardio do programa, foi também uma estrutura de programa que, para poder acomodar todas as sensibilidades, acabou por ficar longe do ótimo.

A distribuição das compras de títulos de

acordo com a chave de capital do BCE é, em parte, responsável pelo facto de a Alemanha pagar atualmente juros negativos até à maturidade de 8 anos. Mesmo os títulos a 10 anos pagam menos de 0,5% de juros.

Não admira que a Alemanha esteja hoje a correr superávits orçamentais... Também não admira que ande por aí muito sentimento antieuropeu...

É naturalmente difícil demonstrar a eficácia do programa de QE. Não podemos fazer o contrafactual, isto é, comparar com o que teria acontecido na sua ausência.

O que sabemos é que, infelizmente, não foi suficiente para que o BCE cumprisse o seu mandato de estabilizar a inflação próximo, mas idealmente um pouco abaixo, dos 2%.

A taxa de inflação na zona euro, se excluirmos as componentes voláteis, nomeadamente a energia e os alimentos não processados, continua teimosamente em 1% e, a acreditar nas previsões do staff do BCE, a coisa não mudará muito nos próximos anos.

Por outro lado, o crescimento económico da zona euro, se mostrou alguma vitalidade em 2017, acabou o ano de 2018 claramente em desaceleração e os primeiros indicadores avançados de 2019 não prognosticam nada de bom.

Tenho para mim, mas não posso provar, que estaríamos muito pior na ausência da política monetária promovida pelo BCE e que tem muito o dedo de Mario Draghi. Também tenho para mim que, sem alguém à frente do BCE com o conhecimento de economia, o instinto político e a eficácia de comunicação de Mario Draghi, o euro teria sobrevivido de qualquer maneira, mas teríamos passado muito pior.

Porventura, o BCE terá cometido um erro que pode comprometer o futuro imediato da zona euro.

O BCE foi “prometendo” o final do programa de compras de títulos de dívida para o final de 2018. A longo de 2018 os volumes de compras mensais foram sendo reduzidos e, de alguma forma, os mercados incorporaram que o programa fecharia mesmo em dezembro de 2018.

Houve aqui, eventualmente, um pecado de hubris. De facto, na primeira metade do ano,

as coisas pareciam estar a correr bem – a economia a crescer, o risco deflacionista parecia excluído – e tudo se encaminharia para a recolha dos louros pelas medidas tomadas.

Hoje sabemos que houve excesso de confiança e que os riscos adversos não foram suficientemente avaliados. Só que, quando começou a ficar mais ou menos claro que as coisas estavam a ficar feias, o BCE ficou preso num dilema complicado. Voltar atrás e prolongar o programa de QE poderia fazer sentido, mas implicaria perda de credibilidade face aos mercados – as ações do BCE passariam a ser menos previsíveis e isso tem custos. Manter o rumo pode fazer o BCE uma entidade mais previsível e confiável, mas vai ter custos económicos significativos.

Na última conferência de imprensa do BCE, Mario Draghi veio dizer que o BCE não está sem munições mesmo sem o programa de QE – existem instrumentos de política monetária alternativos, nomeadamente as TLTRO, ou seja, crédito superbarato para os bancos que mostrarem disponibilidade para emprestar à economia real.

Ignoro qual a responsabilidade pessoal de Mario Draghi neste pecado de hubris. Seja como for isto não vai manchar um mandato brilhante – o balanço é imensamente positivo.

Especula-se quem será o sucessor. Para nossa felicidade parece que Jens Weidmann, o atual presidente do Bundesbank e que estava mortinho pelo lugar, já atirou a toalha ao ringue. Angela Merkel terá percebido que lhe interessa jogar a cartada alemã noutro sítio, porventura menos controverso e menos exposto para a Alemanha. Ouço agora falar de um finlandês de nome impronunciável. Já se falou do antigo ministro da economia de Espanha.

Para bem da Europa conviria que fosse alguém da cintura do sol, que não nos caia na sopa algum fanático da Nova Liga Hanseática.

Já vimos ao que vêm esses tipos empanurrados de virtude. A virtude deles é usar o sistema a seu favor e dizer que os outros – os que não podem (muitas das vezes por razões históricas) acompanhar o passo – não passam de um bando de preguiçosos a pedir os piores castigos.

Que Deus nos ajude!

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)





**Portugal também é aqui**

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ASSOCIAÇÃO VIDA NORTE

# 20 anos a apoiar mulheres grávidas fragilizadas

Vinte anos após ser criada para auxiliar grávidas fragilizadas, a Associação Vida Norte somou apoios a mulheres portuguesas e estrangeiras e verificou haver quem prefira um subsídio a trabalhar.

Acompanhando, entre Porto e Braga, uma média de 100 grávidas e famílias por mês, a associação assenta a sua intervenção nas áreas da prevenção, acompanhamento de proximidade, capacitação e autonomia.

A presidente da Vida Norte, Isabel Pessanha Moreira, refere que a associação surgiu como “uma resposta social que não existia e que hoje formalmente continua a não haver, ou seja, dar resposta à gravidez não planeada a mulheres fragilizadas”, na Vida Norte sente-se, duas décadas volvidas, que o “problema persiste”, frisou a responsável.

Neste percurso, o crescimento da associação foi gradual e depois de há cerca de um ano e meio ter aberto uma delegação em Braga, é através de “entidades sociais, como as juntas de freguesia ou centros de saúde que referenciam a Vida Norte, que fazem com que seja mais fácil as grávidas chegarem” à instituição.

Numa leitura social, a coordenadora Mafalda Bastos garante que “a pobreza e a exclusão social são transversais a grande parte das famílias” que apoiam, mas com uma nuance para pior. “O que é hoje diferente é a orgânica familiar, que faz com que haja uma solidão muito maior, dado a rede de apoio ser menor”, salientou Mafalda Bastos, lembrando que há 20 anos “era mais comum haver uma avó ou uma mãe disponível”.

Desenvolvendo a sua faixa de intervenção em mulheres entre os 20 e os 24 anos, a Vida Norte apoia também grávidas entre os 14 e os 18 anos, explicando Isabel Pessanha Moreira manter-se o facto de que “quando uma mulher engravida, normalmente está em trabalho precário e acaba por perdê-lo, o que a deixa ainda mais fragilizada”.

Hoje não são apenas as portuguesas a procurar a Vida Norte, afirmando a coordenadora que “25% das grávidas que procuram a associação são estrangeiras como cabo-verdianas, marroquinas, indianas, ucranianas, nepalesas e brasileiras”.

Enfatizando ser o “grande foco da Vida Norte a capacitação”, decorrendo, para tal, “ações de formação promovidas pelo Hospital da CUF quinzenalmente sobre várias temáticas da gravidez e maternidade”, o 20.º aniversário, disse a presidente, será de “aposta ainda mais na empregabilidade”.

Contando com empresas parceiras como garantia do seu funcionamento diário, a Vida Norte, segundo Mafalda Bastos, está a recorrer a essas entidades, “que estão mais sensíveis à causa, para tentar integrar a mãe ou o pai no mercado de trabalho, assim

conseguindo a autonomia das famílias”.

E de um trabalho profissional, envolvendo psicólogas e assistentes sociais, com o suporte de muitos voluntários, a presidente elencou os apoios efetuados em 2018: 227 pedidos de ajuda e 146 grávidas apoiadas. “No acompanhamento de proximidade, pós-parto, foram 187 famílias além de um apoio pontual a mais 45, através da entrega de enxovais e cabazes de alimentos”, acrescentou.

Apesar da vontade de cumprir o terceiro e quarto temas das áreas de intervenção, a capacitação e a autonomia, Mafalda Bastos reconheceu que nem tudo correu sobre rodas nos 20 anos da associação, dando conta de um “número preocupante” de pessoas que recusou ajuda quando lhes foi apresentado o compromisso.



Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

**milplus**

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL